

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA
DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser fiel à gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

SANTOS, Ivair Augusto Alves dos . Ivair Augusto dos Santos (depoimento, 2004 / 2005). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (3h 0min).

Esta entrevista foi realizada na vigência do convênio entre SOUTH EXCHANGE PROGRAMME FOR RESEARCH ON THE HISTORY OF DEVELOPMENT (SEPHIS) . É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

**Ivair Augusto dos Santos
(depoimento, 2004 / 2005)**

Rio de Janeiro

2020

Ficha Técnica

Tipo de entrevista: Temática

Entrevistador(es): Amilcar Araujo Pereira; Verena Alberti;

Levantamento de dados: Amilcar Araujo Pereira;

Pesquisa e elaboração do roteiro: Amilcar Araujo Pereira; Verena Alberti;

Técnico de gravação: Clodomir Oliveira Gomes; Marco Dreer Buarque;

Local: Brasília - DF - Brasil; São Luís - MA - Brasil;

Data: 07/09/2004 a 01/07/2005

Duração: 3h 0min

Arquivo digital - vídeo: 4; Fita cassete: 4; MiniDV: 4;

Entrevista realizada no contexto do projeto "História do Movimento Negro no Brasil", desenvolvido pelo CPDOC em convênio com o South-South Exchange Programme for Research on the History of Development (Sephis), sediado na Holanda, a partir de setembro de 2003. A pesquisa tem como objetivo a constituição de um acervo de entrevistas com os principais líderes do movimento negro brasileiro. Em 2004 passou a integrar o projeto "Direitos e cidadania", apoiado pelo Programa de Apoio a Núcleos de Excelência (Pronex) do Ministério da Ciência e Tecnologia. As entrevistas subsidiaram a elaboração do livro "Histórias do movimento negro no Brasil - depoimentos ao CPDOC." Verena Alberti e Amilcar Araujo Pereira (orgs.). Rio de Janeiro: Pallas; CPDOC-FGV, 2007. A escolha do entrevistado justificou-se por seu papel destacado no movimento negro contemporâneo, especialmente no que diz respeito à adoção de políticas de promoção de igualdade racial pelos poderes executivos estadual, municipal e federal.

Temas: África; Angola; Assuntos familiares; Cultura popular; Culturalismo; Discriminação racial; Família; Movimento Democrático Brasileiro; Movimento estudantil; Movimento negro; Negros; Política; Racismo; São Paulo;

Sumário

Entrevista: 07.09.2004 FITA 1-A: Origem familiar; trajetória escolar; comentários sobre a decadência financeira da família; a preparação para o vestibular (1970); a importância da revista Realidade para a conscientização do entrevistado; informações sobre o curso pré-vestibular Equipe; longas recordações sobre a entrada na Universidade de São Carlos (1970); breves comentários sobre o filme "Os companheiros"; o emprego como revisor no jornal Folha de São Paulo; a paixão do entrevistado pela leitura; o início do envolvimento com o movimento negro (1968). FITA 1-B: Lembranças da organização de um grupo de militância no movimento negro no leste de São Paulo (1968); novos comentários sobre o curso Equipe; relato da militância na Universidade de São Carlos; recordações da vivência nas repúblicas da universidade; informações sobre o Encontro Rio-São Paulo (1974); recordações do trabalho na Fundação Brasileira de Desenvolvimento para o Ensino da Ciência - Fundec; trajetória profissional após a formatura; longo relato sobre a experiência de morar em Angola (1979-1983); comentários sobre a situação política de Angola (1979-1983). FITA 2-A: O aprendizado político com a filiação ao Movimento Democrático Brasileiro - MDB; breve comentário sobre a importância dos políticos Hélio Santos e Eduardo Oliveira para a militância do MDB; dificuldades enfrentadas na militância do MDB; novos comentários sobre a situação política de Angola; comparação entre a cultura africana e a brasileira; longas considerações sobre a África; a participação do entrevistado em eventos do movimento negro. FITA 2-B: Longo relato das tensões dentro do movimento negro.

1º entrevista: 07/09/2004

V.A. – A gente gostaria, assim como a gente estava explicando para o senhor, de acompanhar sua trajetória de vida até o ingresso no movimento negro. E para isso a gente precisa dos dados iniciais: nascimento, nome do pai, da mãe, onde o senhor nasceu, quando, como foi a sua vida familiar, irmãos... a gente começa do início mesmo.

I.S. – Bom, o nome do meu pai é Ivo dos Santos e minha mãe se chama Hilda Alves dos Santos.

V.A. – E o senhor nasceu onde?

I.S. – Eu nasci em São Paulo.

V.A. – Na capital?

I.S. – Isso.

V.A. – Quando?

I.S. – Foi em 10 de setembro de 1952.

V.A. – Então daqui a pouco é o aniversário. Perfeito. Então daqui a pouco faz 52 anos, é isso? O seu pai fazia o quê?

I.S. – Meu pai era motorista.

V.A. – Motorista de quê?

I.S. – Ele foi motorista de ônibus, depois ele foi motorista servidor público da polícia civil.

V.A. – Ele fez concurso para ser motorista da polícia civil?

I.S. – Fez. E minha mãe era dona de casa. Meu pai era de Tietê e minha mãe era de Olímpia.

V.A. – Os dois no Estado de São Paulo?

I.S. – No Estado de São Paulo. Minha mãe ficou órfã com poucos anos de idade e meu pai também. Meu pai por parte de mãe e minha mãe por parte de pai. Depois de certo tempo eles vieram para São Paulo e ficaram aos cuidados das respectivas... meu pai veio para morar com a irmã dele e minha mãe veio junto com a mãe dela. Eu nasci e morei muito tempo na zona leste de São Paulo, estudei na zona leste de São Paulo e minha trajetória de vida se deslocou depois para... mesmo na zona leste, você tem várias zonas leste. Tem uma zona leste extremamente pobre que é o extremo dela, que são os bairros mais periféricos. E tem uma outra zona leste, um bairro de classe média. E a gente fez o caminho inverso: saímos do bairro de classe média e fomos para a extremidade. Eu tenho três irmãos, duas irmãs e um irmão. Desses três irmãos, as minhas irmãs...

V.A. – São mais novas ou mais velhas?

I.S. – São todos mais novos.

V.A. – O senhor é o mais velho?

I.S. – Eu sou o mais velho.

V.A. – E as duas irmãs, fizeram o quê?

I.S. – Praticamente só estudaram e trabalharam, mas nunca conseguiram terminar além do ensino médio.

V.A. – Não chegaram a concluir o ensino médio?

I.S. – Só o menino. As meninas não.

V.A. – Elas casaram?

I.S. – Casaram. Uma menina aprendeu a tocar piano e acabou virando professora de piano. E a outra irmão casou e tem só os filhos para criar.

V.A. – E o seu irmão?

I.S. – O meu irmão casou e hoje ele está morando no Amapá. Enfim, tentando sobreviver.

V.A. – O senhor disse que saiu da zona mais classe média...

I.S. – É, mas eu vivia sempre uma contradição: ao mesmo tempo que eu ia morando mais para a parte mais pobre da cidade, eu estudava na parte da classe média da cidade. Porque, na minha época, para você... tive a felicidade de fazer o primário em uma escola pública. Quando ia passar para o ginásio tinha o famoso exame de admissão. E aí a admissão não havia vagas, não consegui entrar na escola pública. Aí fui para uma escola particular. E aí estudei os três primeiros anos e no quarto ano voltei para a escola pública em um bairro de classe média um pouco melhorado, que era a Mooca. Então eu fiz esse movimento de sair de um lugar, morar em um lugar mais pobre e estudar sempre em um lugar mais nobre. Essa ruptura de ir para a Mooca vai... naquela época você já emendava o ginásio no científico. Quando eu fui para o científico, que o normal era a única opção você fazer o clássico. Como não era a minha opção nenhuma, eu não tinha muito claro o que eu ia estudar. Eu pensava em estudar Engenharia, em certo momento pensava em estudar Economia. E na época você tinha a possibilidade de fazer o vestibular e ficar para a segunda opção. Então eu entrei para minha última opção que era Química. Em São Carlos, que é uma cidade distante 230 Km de São Paulo. E isso acarretava mais um problema: como é que você ia se manter?

V.A. – Na Unesp de São Carlos?

I.S. – Na Federal de São Carlos. E tinha esse outro problema. Mas estudei, entrei na Química e fui para lá.

V.A. – Deixa eu só voltar um pouquinho. Por que houve essa decadência econômica da família. Porque eu pensei que motorista de polícia talvez tivesse dado uma...

I.S. – A família tinha quatro pessoas, a gente morava de aluguel, era uma situação muito difícil, precária.

V.A. – Mesmo sendo motorista da polícia?

I.S. – Sim, era precária. Não era uma vida muito fácil. O salário era muito pouco para manter uma família de seis pessoas. Então era sempre com muita dificuldade, muitos problemas. Em uma família com tensão, vivendo com poucos recursos, você tinha que buscar formas de sobrevivência. Eu comecei a trabalhar com 16 anos. Trabalhei como office-boy e só saí para poder me preparar para o vestibular. Mas mesmo assim eu fiz um... na época trabalhava com fundos de investimentos. Eu me meti a vender fundos de investimentos, consegui fazer uma venda boa. E quando eu estava no último ano, já estava saindo do científico e trabalhava como office-boy, eu descobri uma coisa que me ajudou muito na minha vida: quem é office-boy sabe como é que se vive, você economiza nas conduções e você usa aquele dinheiro para outra coisa. Então eu descobri as livrarias de sebo na cidade de São Paulo. Então tinha o hábito de ir para o saldão, essas coisas. E comecei a fazer uma pequena biblioteca só para me preparar para o vestibular. Isso me ajudou muito porque eu aproveitava um pouco o que eu aprendia, uma forma de você... sempre tive essa possibilidade de localizar...

V.A. – Tem que saber o que comprar também, não é? Você tem tantas opções.

I.S. – Eu fui comprando, mas sempre comprava livros de Física, de Química, porque achava que eram as coisas que mais me interessavam. Numa dessas que pela primeira vez eu encontrei um livro que me ajudou muito, um livro do Clóvis Moura, *Rebeliões na Senzala*. Por que ele me ajudou? Porque os livros estiveram muito presente na minha vida, e em um momento da minha vida eu acabei encontrando com o Clóvis Moura em outra situação. Então quando eu comecei a estudar no científico, foi a primeira grande ruptura porque se você vivia em um ambiente meio de classe média, seus amigos eram de classe média, e você se desloca para a zona leste, evidentemente você não consegue restabelecer e também não consegue retomar outra. Essa foi a primeira ruptura, de você ficar meio sem saber como você vai se situar no processo.

V.A. – Quando você foi para a escola da Mooca?

I.S. – Quando fui para a Mooca, porque uma coisa é você estudar na Mooca e outra coisa é você morar lá na Vila Antonieta. É uma diferença brutal. Só para você imaginar: para pegar

um ônibus lotado às dez horas da noite, onze horas da noite, sem jantar nem nada, então é uma coisa... passar todo o período sem comer nada, você trabalha o dia inteiro e vai sem comer, volta para comer alguma coisa para no dia seguinte... Então, essa vida é uma vida bastante difícil. Nesse período acontecia o seguinte: logo com eu estava quase no último ano do científico, eu comecei a tentar organizar o movimento negro lá onde eu morava, na zona leste. Apresentei para as pessoas, botamos estatuto, não tinha muita clareza porque as fontes de informação que eu tinha era o pouco que eu estava lendo naquele momento.

V.A. – Mas o senhor tinha quantos anos mais ou menos?

I.S. – 16, 17 anos. E aí, o que me impactou naquele momento? Sabe o que foi? Foi a revista *Realidade*. Eu era um leitor da revista *Realidade* assim... sabe aquele negócio de você, para ter uma ideia, imagina você andar daqui até o Centro da cidade; eu fazia isso só para poupar a grana para comprar a revista *Realidade*. Quando minha mãe queria me bater, quando eu tinha aprontado alguma coisa, a única coisa que ela sabia que me afetava era que ela rasgasse uma revista. Quando ela rasgou uma revista foi a pior... porque aquela revista para mim era um mundo. O mundo chegava para mim através da revista *Realidade*. Era um troço, então se ela quisesse me agredir mesmo era... porque aquilo para mim assim, eu ficava muito empolgado para poder comprar aquela revista.

V.A. – Agora, isso é muito especial, não é?

I.S. – Era porque era a forma de você se relacionar e saber, você ficava um pouco ilhado. As duas coisas que eu sempre fiz: eu sempre assisti muitos filmes e lia essas coisas. A *Realidade* para mim foi a primeira grande escola.

A.P. – Mas a revista *Realidade* era uma revista ampla, tratava de assuntos...

I.S. – Mas teve um número rapaz, teve um número que foi especificamente sobre racismo. Aquele número foi demolidor.

A.P. – E o senhor tinha 16 anos quando leu?

I.S. – 16, 17 anos. Um número demolidor.

A.P. – O senhor acha que a leitura desse número pode ser considerado um marco para...

I.S. – Claro. Porque além disso você pode dizer o seguinte, era uma coisa que se conversava em casa, mas essa revista foi um impacto grande, uma daquelas leituras que marcaram muito a minha trajetória. Porque várias daquelas pessoas que deram entrevista, depois eu cruzei com elas na militância. E eu estava em São Paulo, na periferia de São Paulo, sem nenhum contato com a militância, tentando montar aquilo que eu achava que era um militante com base naquilo

que eu tinha lido, porque eu não frequentava o que a classe média negra estava construindo, os clubes – eu sabia que tinha os clubes, mas eu não frequentava isso.

V.A. – E o que se conversava em casa, que o senhor falou?

I.S. – Era um pouco, que a discriminação racial existia. Então tinha histórias que contavam, por exemplo, uma história que contavam muito era que os três reis magos, Baltazar... o rei negro por exemplo, a história que se contava em casa era que enquanto os três estavam caminhando em busca da estrela, aí teve um momento que disseram: “Você vai para cá, você para lá...” E aí ensinaram o caminho errado para o Baltazar, mas ele chegou primeiro, essas coisas assim. Rolava, e rolava também o seguinte, eu me lembro de uma situação muito dramática que foi o seguinte: na época os livros didáticos tinham aquelas fotografias de negro apanhando, não é? Aí um dia eu perguntei: “Mas por que eles só apanham? Não tem outra coisa que eles fazem a não ser apanhar?” E esse algo, eles argumentaram de alguma forma que aquilo não era só aquilo. Mas é que me incomodava aquele processo. E você sabe que criança é cruel, em sala de aula é marcante. Então essa confusão de você ir do ginásio para o colégio para mim foi uma ruptura grande. Eu saí de um ambiente para outro. E esse ambiente me recebeu muito bem. A classe média da Mooca me recebeu bem, eu era uma figura diferente, simples, e consegui fazer amizade fácil com aquelas pessoas que estavam ali. E pior que eu estava chegando no último ano de um dos melhores colégios da zona leste, e eu tinha conseguido me superar e passar, enquanto outros não. Isso me ajudou muito, eu era muito bom em Matemática. Bastantes pessoas que me deram sorte: o professor de Matemática foi com a minha cara, eu gostava de Matemática e eu consegui passar.

V.A. – E para pagar essa escola particular?

I.S. – A particular era muito difícil.

V.A. – O senhor chegou a ficar dois anos?

I.S. – Três anos e no quarto ano eu consegui voltar para a pública. E graças a um amigo que me disse: “Olha, tem essa possibilidade.” Nós tentamos em duas e eu consegui passar naquela que era mais difícil, que era mais longe. E lá os alunos me receberam, criou-se um laço, eram vinte e poucos alunos e se criou uma relação boa e eu me senti em casa, me sentia à vontade naquele ambiente. Quando eu fui para o científico eu comecei a trabalhar, aquela coisa, mas essa coisa começou a mexer comigo. Primeiro eu consegui achar o livro do Clóvis Moura quando eu era office-boy nessas minhas andanças pela vida, era [incompreensível]. E aí eu perguntei para a professora de Português o que ela achava do livro, eu tinha uma certa

habilidade com alguns professores, isso me ajudou muito. Os professores me ajudaram muito. E esse livro depois foi muito mais importante na minha vida, porque o livro não era só cultura, mas era uma estratégia de você abrir espaços, abrir caminhos. Ele não era só o que continha, muitas vezes eu nem conseguia ler o que estava no livro, tinha tanta coisa que eu ia comprando, ia juntando. E eu morava em um cômodo com cozinha e com seis pessoas, você não tem nem como guardar isso, esse material vai se perdendo. E ao mesmo tempo que isso foi acontecendo quando chegou no terceiro ano do científico eu tomei uma decisão, para onde eu vou estudar, comecei a definir: “Eu quero fazer um cursinho, mas não quero fazer qualquer cursinho.” Eu queria fazer um cursinho que me desse alguma outra contribuição de alguma intervenção que eu não... Aí eu fiz uma escolha. E aí fui parar em um cursinho que era a minha cara, o cursinho Equipe, que é o cursinho formado por professores, gente muito interessante, muito legal.

V.A. – Mas como é que o senhor chegou até esse curso? O senhor já devia ter um...

I.S. – Comecei a mapear, comecei a ver quais os cursinhos que existiam e fui procurando bolsa em cada um deles. Fui em cada um deles procurando e caí no Equipe. Cheguei no Equipe e os caras me receberam bem.

A.P. – Você conseguiu bolsa no Equipe?

I.S. – Consegui 75% de bolsa no Equipe. E era um lugar fantástico. Era um ambiente universitário. Para você ter uma ideia, quem era o animador dos filmes era o Serginho Grossman, esse cara da Globo que trabalha com programas de juventude. O Serginho era o cara que fazia a programação cinematográfica.

V.A. – O cursinho tinha cinema?

I.S. – Tinha cinema.

V.A. – Era um cursinho muito especial.

I.S. – Muito especial. Tinha isso, o cara olhou para mim e disse: “Você mora aonde?” Eu disse: “Em São Mateus.” Eu ganhava uma miséria, os caras me davam uma bolsa de 75%, mas eu não tinha dinheiro para pagar os 25% que tinha pagar. E o que aconteceu comigo? Eu consegui pagar até o quarto, quinto mês, depois você não vai conseguir acreditar as manobras que eu fiz para poder continuar a frequentar e comprar as apostilas. Eu fazia o seguinte, chegava na turma e falava assim: “Gente, quem precisa buscar as apostilas?” Você tem que buscar as apostilas e tem que levar um cartãozinho. Eu falava: “Quem precisa?” “Ah, eu preciso...” Eu falava: “Deixa que eu vou lá.” Aí tinha dez e eu falava: “Tem onze aí.” Vinham onze apostilas. Aí vinha uma a mais. E eu fui levando isso até o último mês, fazendo esses esquemas. Pedia

sempre uma a mais, aí o cara tinha que buscar, ficava o dia inteiro no cursinho, cheguei a dormir no cursinho. Eu me lembro uma vez que eu levei uma garrafa térmica de leite, de Toddy quente, a garrafa estourou na sala de aula. Então essas coisas... então o cursinho me colocou em um ambiente de universidade. Não era qualquer cursinho, estou falando de final de 1968, 69. Era a minha cara, eu dizia: “Eu não quero qualquer cursinho. Quero um cursinho...” E aí dei sorte. Por exemplo, um cara desses quando entra na universidade, o cara não entra só para passar. A primeira coisa que aconteceu na universidade quando eu entrei, primeiro que eu cheguei em São Carlos cheio de problemas, como é que eu ia fazer para me manter ali, não é? “Mas isso é um problema que eu vou ter resolver lá.” Aí consegui ficar alguns meses com parentes até eu conseguir a minha primeira república. A nossa primeira república é o nosso grito de liberdade. E aconteceu outra coisa, quando eu fui para lá o DCE também era especial. E os caras faziam concurso de qual o calouro que mais participaria das atividades. Então eu fiz tudo, tudo. Chegou uma hora que eu tinha três, quatro vezes os pontos que tinha o segundo lugar. Até nadar, cheguei em último lugar só para pontuar. Os caras ficaram tão impressionados comigo: “Esse cara só pode ser alguém infiltrado. Esse cara está em tudo.” E eu andava com um cara que era negro também, que tinha feito Academia de Polícia. E o tonto vivia falando: “Academia de Polícia, Academia de Polícia...” O meu pai era policial, mas não tinha nada a ver. E o cara não se tocava, e ele não passou pelo Equipe, ele não sabia como era o ambiente, não tinha clareza. E eu entrei na universidade, fiz isso tudo e ainda montei o cineclube deles. O primeiro filme que eu levo para lá, advinha? Um filme que eu tinha visto no Equipe, que eu conhecia, *Os companheiros*, você conhece?

V.A. – Não, não conheço.

I.S. – *Os companheiros* é um filme clássico da primeira revolta dos trabalhadores italianos, que é uma beleza, um filme poético. Como os trabalhadores se organizaram pra fazer a primeira greve, e mostra toda a... um filme italiano que todo cineclubista adorava, não é? Com aquele ator famoso italiano, Mastroiani... Mas quem é militante de esquerda sabia que aquele filme não estava ali à toa. Você não vai ter lido Marx à toa. Então o cara entra na universidade, andava com um cara que era policial, ainda por cima se destaca lá naqueles jogos, naquelas bobagens todas que o pessoal tinha no DCE, vai para o cineclube e ainda bota um filme... “Esse cara só pode ser infiltrado. Só pode ser isso.” Então, isso na universidade me deu uma certa abertura. Quando eu entro na universidade as coisas mudam porque aí é um rompimento total com a vida de São Paulo. E aí eu mergulho na cidade de São Carlos. Começo a construir um

outro tipo de relação de afeto na cidade de São Carlos. Então eu chego a ficar um mês sem ir para casa, só ia para casa quando tinha carona. E minhas sobrevivências eu comecei aqui... meu pai me dava uma grana, que era pouca, mas minhas sobrevivências eu acabei construindo lá. E aconteceu o seguinte, teve um dia que eu estava em uma república e a maré estava braba, foi uma maré mais braba que você possa imaginar. Era fome mesmo. Os caras mandaram a gente para uma reunião do DCE. Aí eu fui para a República onde se construía as chapas do DCE. Rapaz, eu cheguei lá com uma fome. Os caras disseram: “Quer jantar?” Talvez a comida mais gostosa que eu comi na minha vida tenha sido a comida que nós comemos naquele dia: arroz, feijão e ovo. Estava há quase dois dias só naqueles expedientes ali, e não tinha restaurante universitário. E aquela república depois me chamou para morar lá. Eu fui morar lá e depois fui presidente do DCE, lá deste meu envolvimento. Mas quando eu entrei na universidade, acho que no segundo ano, eu cruzei com outro negro que passou por mim e estudava lá, eu falei: “Opa, tudo bem.” Era de uma outra faculdade. Aí voltei a conversar com ele, sempre trocando impressões. Aí vim a saber que o pai dele tinha sido militante, que é o Cunha.

A.P. – Ah, sim.

I.S. – Então a gente cruzou, dois negros na cidade, ele era engenheiro, nos cruzamos e aí a gente estabeleceu uma relação de amizade. Aí ele começou a me levar, ele estava com o pai e com a mãe, aí já tinha onde comer de vez em quando. Então, apertava: eu ia lá na casa dele comer uma comida natural, essas coisas mais diferentes. Então ali também serviu de apoio. Aí estabelecemos relações, mas aí aconteceu o seguinte: era 13 de maio de 1973, aí o Cunha falou: “Eu tenho que escrever alguma coisa sobre racismo. Escreve um artigo que eu escrevo outro.” Eu falei: “Está bom.” Aí escrevi um artigo, ele escreveu outro e a gente escreveu para os dois jornais da cidade. O cara que leu o meu artigo me chamou para conversar. Quem era o cara? Clóvis Moura. Aí eu falei: “Pô, conheço você...” Aí esse cara me adotou. Ele falou: “Você já leu o Lima Barreto?” Eu falei: “Não Clóvis, não li.” Ele começou a me abrir portas e sempre estava... me chamou para trabalhar com ele como revisor do jornal.

V.A. – Qual era o jornal?

I.S. – O jornal *Folha de São Paulo*. Aí eu passei a ser revisor de jornal. Aí consegui mais um empreguinho, porque tinha um colega meu na república que saiu para ser revisor e me indicou para ficar lá. Então trabalhava à noite de revisor de jornal. Revisor de jornal entrava dez horas da noite e saía duas horas da manhã. Então me encaixei e tinha um emprego, conseguia pagar a república todo mês independente do dinheiro que já não vinha, não tinha mais dinheiro, então

comecei a me virar. Mas aí a trajetória política foi natural. Aí o Cunha depois me trouxe para São Paulo e me apresentou os militantes antigos, Correia Leite, Jaime Aguiar, toda essa turma da velha guarda eu ainda conheci na casa dele. Quem é que eu comecei a conhecer? Os caras que participaram da revista *Realidade*, aquele grande projeto, Odacir de Matos... Ali eu estava em casa. O discurso ainda bastante esquerdista, nem tinha muita substância. Aí nos deparamos com um intelectual de peso que era o Eduardo de Oliveira e Oliveira, que nos enquadrava um pouco e dava um pouco e isso e tal. Mas eu bebi na fonte dos velhos militantes, aqueles saraus, e era uma coisa muito sofisticada, você estava falando com militantes da década de 1930, então eram pessoas que me deram um certo embasamento.

V.A. – Eu queria voltar muito, aos 16 anos. Eu fiquei intrigada, como é que o senhor, então aos 16 anos, vai tentar articular um movimento negro lá na zona leste. De onde vem isso? E depois outra pergunta: os livros, essa fome de livros. Alguém tinha isso na família?

I.S. – Não tinha. Isso sempre procurei, a vida inteira.

V.A. – De onde vem?

I.S. – Vou te dizer. Primeiro pela necessidade. Era muito difícil ter acesso aos livros. Livro era muito caro.

V.A. – Não. Mas o interesse, minha pergunta é essa, de onde vêm? Porque o senhor podia não ter o interesse.

I.S. – Mas era.

V.A. – Para o senhor era essencial, fazia parte...

I.S. – Mais do que comer. Para mim era, eu trocava uma refeição de office-boy por um livro. Literalmente trocava: “Eu não vou comer aqui para não gastar esse dinheiro.” Trocava passagem, andava, por exemplo, o dobro a pé para comprar um livro.

V.A. – Mas havia algum modelo disso em casa?

I.S. – Não. Sobrevivência.

V.A. – Pois é, porque esse interesse pelos livros não é uma coisa normal.

I.S. – Sobrevivência, era mera sobrevivência. Para mim aquilo era uma questão de sobrevivência para continuar ali, era vontade de querer saber aquela história. E a *Realidade* me ajudou muito, essas andanças... São Paulo é São Paulo, você ficar percorrendo livraria desde cedo, aquele monte de pó, aquelas coisas todas.

A.P. – É muito interessante. A gente fica procurando uma referência porque, além de ser já uma consciência, uma necessidade de leitura...

I.S. – Era uma necessidade, não tinha nem consciência. Eu precisava daquilo.

A.P. – Eu fico impressionado com o fato de ser tão cedo, já aos 16 anos.

I.S. – 16, 17 anos. Nossa, era uma coisa. A revista *Realidade* para mim, eu me lembro, eu falei, que eu andava daqui até o Centro Histórico só para economizar a grana do ônibus. Eu estava morando na zona leste e tinha que ir estudar na Mooca, que era outro bairro mais distante. Então, como eu ia arrumar dinheiro para comprar a revista? Era economizando. E a revista *Realidade* para mim era um choque porque ela trazia a questão das crianças abandonadas, trazia a questão do Vietnã, ela trazia o mundo, que me chocava. E também, uma coisa que me agradava na revista *Realidade* é que ela contrapunha aquilo que eu tinha visto na revista *Seleções*. A *Seleções* me incomodava porque ela passava uma verdade muito absoluta e que eu não gostava...

[FINAL DA FITA 1 – A]

I.S. – E a *Seleções* me incomodava porque ela sempre estava falando mal do comunismo, aquele negócio. Eu não entendia muito bem, mas aquilo me incomodava, a forma como eles abordavam os assuntos. Então a *Realidade* surgiu como uma coisa...

V.A. – E essa ideia de criar um movimento negro aos 16 anos, criar uma mobilização?

I.S. – Eu comecei a me inspirar um pouco no que existia, no que eu lia do Aristocrata, desses clubes que existiam. Achava que podia ter um clube de base para poder fazer articulação, montei uma estrutura, chamei pessoas para conversar...

V.A. – E o senhor tinha um meio, pessoas que estavam fazendo algum projeto?

I.S. – No bairro.

V.A. – O senhor tinha com quem dialogar? Porque essa questão do movimento negro...

I.S. – Eu estava, era um cara só em uma região que tinha... meu diálogo era com a revista que eu estava lendo. Aquilo era o meu diálogo.

V.A. – E para montar o clube, o senhor conversava com outras pessoas?

I.S. – Conversei com outras pessoas negras que eu via: “Temos que fazer alguma coisa para poder se organizar, para podermos nos articular...” Mais ou menos isso. Aí montei aqueles organogramas malucos de conselho fiscal, aquelas coisas. [incompreensível] Mas aquilo para mim respondia a história daquele momento.

V.A. – E chegaram a implantar alguma coisa?

I.S. – Chegamos a implantar uns anos depois. Mas aí foi quando eu comecei a minha ruptura dentro da universidade. Mas foi nessa intensidade premente de tentar materializar alguma coisa que eu estava lendo e não tinha resposta.

V.A. – Porque uma coisa que nós temos observado nessas nossas entrevistas é que, enfim, existem várias possibilidades de trajetória, mas uma coisa é você ter consciência da sua negritude, você se reconhecer como negro, e outra é você partir daí para entrar no movimento negro. O senhor já...

I.S. – Antes de entrar já estava me organizando. Bem antes. Dois anos antes de ter entrado, eu diria, para o movimento negro, já estava tentando me organizar na minha comunidade. E aí, eu estava em uma fase de transição, estou saindo do científico e entrando no Equipe. O Equipe só tinha pessoas fantásticas, tinha cineclube... E lá no Equipe eu vi uma outra coisa que aconteceu. Tem um teatro chamado *Agora falamos nós*, uma peça de teatro. Foi a primeira peça de teatro negra que eu já vi, com atores negros. E essa peça de teatro foi apresentada lá no Equipe.

V.A. – Ah, esse Equipe é o máximo!

I.S. – Aí lá... aí você já viu. Aquilo que você estava imaginando, você vê as pessoas falando. E ali encontrei de novo com pessoas que fui encontrar anos depois.

V.A. – Tinham outros alunos negros?

I.S. – Não. Não, tinha um aluno negro.

V.A. – Um?

I.S. – Um só, chamado Samuel. Chegamos a ter uma relação de amizade e tal. O cursinho me criou amizades até hoje. Até hoje, quase 40 anos depois, eu tenho pessoas que foram para a mesma universidade que eu e tal. Eu dei muita sorte em vários aspectos. Primeiro porque procurava alguma coisa que o Equipe me deu, eu procurava uma coisa que a revista *Realidade* pudesse... A *Realidade* para mim era o meu guia. Aquele debate de movimento estudantil, de UNE, aquilo tudo estava na revista *Realidade* e aquele ambiente era aquilo que eu estava procurando. E também foi no Equipe que eu vi as primeiras atitudes racistas de professores, que eu nunca consegui ter resposta. Um professor de Química fazendo brincadeiras sobre as filas de negros, foi lá no Equipe que eu vi também. E no Equipe também, como eu sempre fui de me meter em tudo que eu achava que era interessante, sempre achei que escrevia mal e o Equipe tinha um grupo de redação. Tinha um grupo e eu me escrevi, disse: “Eu quero fazer.” Me disseram: “Mas você não é tão ruim.” “Mas eu quero fazer parte desse grupo aí.” Aí fazia parte do grupo. Chegava no grupo lá, era uma coisa assim, aí o cara chegava lá e tinha um

monte de material: “Escreve uma palavra.” Era um exercício de criatividade fabuloso. Aí você ia, e o cara que estava contigo era um cara fenomenal e ele vai colocando você em contato com a palavra. Aquilo era... você imagina: um cursinho como aquele, eu deitava e rolava. Aí larguei o emprego, inventei esses fundos para ter um dinheirinho para poder pagar e comecei a fazer aqueles esquemas para poder continuar estudando.

V.A. – Os fundos de investimento. O senhor tinha que entender o que era isso também, não tinha?

I.S. – Comecei a estudar um pouco, depois fiz uma boa venda. Era um momento de boom e tal, e essa boa venda me deu uma segurada. Mas você precisa entender o seguinte: para mim sempre foi uma questão de sobrevivência. Não é uma questão de você,,, algumas coisas eu sabia o que estava procurando, mas muito é uma questão de sobrevivência. Aquilo para mim era sobreviver. Eu sabia que se eu não tivesse acesso àqueles materiais eu não sobreviveria, então era uma questão de...

V.A. – Eu estou percebendo também que há uma percepção muito aguda de seleção daquilo que o senhor acha que é interessante e não. Porque o senhor tinha alguma orientação, alguma discussão para dizer assim: “*Seleções* é ruim e *Realidade* é bom.” Não. O senhor é que tem uma percepção aguda. De onde vem essa percepção de escolher entre os cursinhos “eu quero o Equipe”?

I.S. – Eu tinha objetivo, tinha não sei o quê, naquele ambiente eu me sentia à vontade.

V.A. – Então o senhor já sabia bem o que queria.

I.S. – Sabia.

V.A. – Para você escolher, para você selecionar, você tem que saber o que você quer.

I.S. – Aquilo para mim era o ambiente que me interessava.

V.A. – Para um menino de 17 anos é muito.

I.S. – 17, 18 anos. Agora, você vê o seguinte: eu fiz um ano de cursinho, aí, se não entrasse?

V.A. – Na faculdade?

I.S. – É. Como é que eu ia sobreviver? Então, quando eu entrei, não era a minha melhor opção. Mas na linha da sobrevivência não tem muito o que discutir, em primeiro lugar é isso. Depois eu podia fazer outros vestibulares, mas era uma questão de sobrevivência, não tinha muito o que discutir não se aquilo era o melhor. Era uma questão de sobreviver. E São Carlos tem um ambiente universitário e tal, universidade recente...

V.A. – O senhor entrou em que ano em São Carlos?

I.S. – 1970, 71.

V.A. – O senhor entrou em março de 1971?

A.P. – Em Química?

I.S. – Em Química. Aí passei quatro anos lá e saí em 74. Não, foi em 1970. 74 eu já estava saindo. Mas aí, quando eu comecei, o Cunha me traz para o interior do movimento, para a história do movimento negro de São Paulo, e eu conheci grandes figuras. Quando ele me traz para o movimento negro nós formamos uma parceria, eu e o Cunha começamos a criar o movimento negro em São Carlos. E aí houve eleição, fui presidente do DCE, e foi uma tensão primeiro porque aí as pessoas colocavam claramente que eram racistas na universidade. Consegui ganhar as eleições, mas os meus colegas que poderiam me dar um certo apoio foram fazer estágio, e eu fiquei com [interrupção na fita] no DCE. A minha saída para muitas coisas foi que eu fazia os cursos de verão. Eu não podia também ficar imaginando que eu pudesse ficar quatro, cinco, seis anos, eu tinha que terminar em quatro anos a faculdade. A minha sorte foram os cursos de verão que eu deitava e rolava e podia recuperar. Mas enfim, foi um curso...

V.A. – Recuperava...

I.S. – Mas a minha segunda escola foi o DCE. Eu me lembro que na primeira reunião que eu tive com o reitor, o que mais me impressionou, que era outro mundo, não é? O que mais me impressionou é que o filho dele lia *Veja*. E o filho dele tinha 14 anos. Isso me impressionou: “Poxa, esse garoto já consegue ler.” Para mim não fazia parte do meu universo que na casa dele pudesse ter isso e mais outras coisas, entendeu? Para mim era o máximo saber que aquele garoto de 14 anos lia *Veja*. Porque eu não tinha isso, então ver um outro garoto lendo: “Poxa vida.” Eu fazia ideia que era outro universo. Eu estava na universidade mas... E também a universidade foi uma escola de política. Você vinha com aquela fuga do “viemos servir”, essa convivência de aprender olhando os outros fazendo política, você quebra a cara, você se desgasta, sofre muito, mas você acaba... porque você não tinha quem pudesse lhe falar como é que você vai caminhar. Então você tem que se orientar. Era um laboratório. Eu fazia tudo que eu achava que tinha que fazer. Umas coisas davam errado, outras coisas davam certo.

V.A. – O senhor entrou em 1970 e foi presidente do DCE quando?

I.S. – Em 1972, 73. Mas sempre militando. Aí já criei o movimento negro em São Carlos. E aí nós fazíamos jornal e depois fazíamos panfletos. Eu me lembro que a gente resolveu fazer panfletos para distribuir para as prostitutas de São Carlos. Putz Grila! Porque eram mulheres negras lindíssimas, aí ficava aquela relação complicada, porque você queria fazer militância

mas também queria, de certa forma, se aproximar daquelas mulheres. E ia para o clube Flores de Maio, que era um clube tradicional. Eu era estudante, duro, não tinha nem sapato, ia de tênis e os caras lá me cortavam porque eu não podia entrar de tênis no clube.

V.A. – Não?

I.S. – Não. Porque era um clube que tinha tradição, só podia entrar de calçado e tal.

V.A. – E esse clube Flor de Maio era um clube branco de elite?

I.S. – Só para negros. Branco não entrava. Tinha os clubes de branco e a gente não podia entrar.

V.A. – Tinha em São Carlos?

I.S. – Tinha.

A.P. – Tinha essa segregação mesmo?

I.S. – Claro. Clube branco e clube negro.

V.A. – E esse Flor de Maio era um clube negro?

I.S. – É. Aí inventamos de fazer teatro negro. Fizemos um teatro e andamos com esse teatro. Em São Carlos passava muita gente, porque era um ambiente universitário e apareciam muitos grupos teatrais. Aí os grupos teatrais passavam, até que teve um dia que aconteceu o seguinte: um cara que foi do teatro chegou lá, um negro, e perguntou: “Escuta, onde é que estão os negros?” Aí responderam: “Tem uns negros aqui no Flor de Maio. Mas tem uns negros encenqueiros lá. Estes aí você não procura não, porque é só confusão.” Éramos nós. Aí o cara saiu e foi procurar a gente. Aí, chego na república e tem dois negros lá me esperando sentados. Aí houve uma sintonia de imediato com o que eles falavam, com que se preocupavam, aí comeram lá. Era o Lumumba e toda a tropa de Campinas, que tinham o teatro Evolução, que era uma coisa maravilhosa. Aí nós nos entrosamos e começamos a fazer teatro. Os caras moravam em uma super-república. Não era uma república, era um casarão. Aí a república se tornou ponto de apoio para quem estruturava...

V.A. – Como eram os nomes das pessoas?

I.S. – Lumumba, T C, o grupo Evolução de teatro de Campinas. Então, nós viramos referência no interior de São Paulo. Aí, como presidente do DCE, eu comecei a publicar os jornais clandestinos de São Paulo, o jornal *Árvore das Palavras*, eu mandava para lá e eles mandavam imprimir. E aí quem publicava o jornal éramos nós. Então eu virei uma ponte, se apreendessem aí eu tinha outras formas de entrar. E aconteceram coisas incríveis. Tinha um grupo de jovens negros em São Carlos que resolveu fazer um baile: A negra mais linda de São Carlos. Os caras

não tinham nem o lugar para fazer e pediram apoio porque eu tinha influência, era presidente, para ceder o lugar. Aí eu consegui arrumar um salão para eles fazerem.

V.A. – Dentro da universidade?

I.S. – Dentro da universidade vizinha. Depois eles precisavam de uma casa para receber os artistas: cedi a república. E eles convidaram o grupo musical mais famoso da época: Originais do Samba. Uma semana antes eu falei: “Moçada, quero ver o contrato do Originais do Samba.” Eles responderam: “Não Ivair, está tudo certo.” Aí eu falei: “Cunha, dançamos. Não tem Originais do Samba.” Os caras fizeram panfletos na cidade inteira e estava o meu nome e o nome do Cunha como referência. Aí dançamos. Eu falei: “Cunha, agora temos que relaxar porque não tem os Originais do Samba.” Aí você imagina: as mulheres negras todas embonecadas, aí os caras chegaram... no dia que os caras chegaram na república, eu já sabia que eu ia ter que enfrentar um rojão daqueles, eles chegaram de perucas, quatro negros: “Ivair, black power!” Todos vestidos assim como black power e se apresentaram como: “Assumimos o black power.” Essa era a mensagem: “Estamos juntos. Os caras vão chegar.” Eu já sabia que os caras não iam chegar. Lá dentro do baile, sobe um cara lá, depois da meia-noite, uma hora da manhã: “Gente, os Originais do Samba não virão mais.” Que rolo... Aí os caras querendo me condenar, eu falei: “Gente, tem um baile e os caras não vieram. Não tem muito o que ficar discutindo isso.” Mas você imagina o escândalo em uma cidade como São Carlos um bolo desses. E nós estávamos ali segurando tudo, dando o aval para os caras para fazerem o negócio. Agora, quem eram esses caras? Eram gente fantástica. Eram trabalhadores, gente simples que estava querendo sair daquela amarra que os caras colocavam e fazer um grande evento, ser um empresário. Tinham boas ideias, mas não tinham esquemas. E eu gostava daqueles caras, mesmo que fosse uma loucura, achava aquele negócio corajoso. O drama rapaz é que a vida das pessoas sempre acabam... e vidas difíceis às vezes, não é? Poucos conseguiram sobreviver daquela... alguns foram levados pela bebida, outros pela marginalidade, e sofreram muito aquelas pessoas. A nossa relação era muito intensa. Então, para você ter uma ideia de como é que era a minha vida em São Carlos, eu me sentia sem pai nem mãe ali, presidente do DCE, deitava e rolava. Adotei e fui adotado pela cidade, já não passava fome, tinha o fulano de tal lá do bairro tal, eu ia lá e o cara fazia uns pães para mim. Era a minha praia. Ao mesmo tempo convivendo com o ambiente racista da universidade. Sempre foi uma tensão, para mim, aquela tensão de sempre. E tem que dar conta das disciplinas, tem que estudar um pouco também para poder passar naquelas coisas lá que colocavam para mim e tal.

V.A. – O senhor disse que o Cunha e o senhor fizeram em São Carlos o movimento negro. O que exatamente foi feito?

I.S. – Criamos instituição, fizemos festas, fizemos bailes...

V.A. – Instituição, uma associação, uma coisa assim?

I.S. – Nós fizemos tudo que você pode imaginar, grupo de teatro, encontro interestadual, regional, viajamos com peça de teatro para lá e para cá, fizemos pontes, fizemos tudo isso combinando o meu último ano de universidade fazendo o encontro interestadual Rio-São Paulo. Nós tínhamos umas namoradas, dissemos: “Nós precisamos fazer um contato com o Rio de Janeiro.” Aí designamos duas de nossas namoradas lá para irem para o Rio para fazerem contato. Aí conhecemos Amauri.

V.A. – Isso foi quando?

I.S. – 1974.

V.A. – E fizeram o encontro Rio-São Paulo lá em São Carlos?

I.S. – Lá em São Carlos.

V.A. – O senhor organizou junto com o Cunha Júnior?

I.S. – Com o Cunha Júnior. Aí pegamos as repúblicas que estavam vazias para o pessoal dormir e botamos à disposição da moçada.

A.P. – Veio muita gente do Rio? Como foi?

I.S. – Veio muita gente. Tem gente que está aqui no evento, que estava lá: o Medeiros estava lá. Foi 30 anos atrás. E aí eu tinha uma bicicleta, aí eu ficava percorrendo as repúblicas para chamar o pessoal para acordar para irem para o evento. Foi um evento de três dias.

V.A. – Você tinha que acordar o pessoal?

I.S. – O pessoal, porque para mim era um negócio fundamental. E era na verdade um evento que eu aprendi a fazer com o movimento estudantil. Mas foi legal, muito importante.

A.P. – Vocês fundaram uma instituição que agregava?

I.S. – Não. Aí nós estabelecemos e ampliamos um leque de articulações, entendeu? A gente começou a ter acesso às informações porque o Rio de Janeiro tinha uma preocupação grande com essa questão de África, mas com outra perspectiva, por exemplo: o Amauri, por exemplo, tinha um jornal e via sistematicamente a questão de Angola, Moçambique. E nós tínhamos outras preocupações e tal. Então houve uma troca forte, e como era primeira vez que a gente se via, se conhecia, a gente estabeleceu um elo da nossa história entre pessoas. Depois fizemos outros encontros no Rio, foi uma evolução. Mas nessa, nós tínhamos a liberdade de andar para

lá e para cá porque éramos estudantes. Aí quando eu deixei a universidade em 1974, 75, aí tenho essa passagem. Quando eu saí da universidade foi uma tragédia para mim, porque eu saí de um lugar onde eu dominava a situação de empregado em indústria química metalúrgica. Eu trabalhava de turno. Aquilo ali para mim foi terrível.

V.A. – Qual é a indústria?

I.S. – Cobre Sul, da Pirelle.

V.A. – Lá em São Carlos mesmo?

I.S. – Não. Em São Paulo, na periferia de São Paulo. Aí teve um dia que eu decidi, eu peguei assim e falei: “Lugares que eu quero trabalhar.” Aí coloquei três lugares que eu gostaria de trabalhar. E fui nos três lugares que eu queria trabalhar. Fui lá, me apresentei no lugar e me chamaram para aquele lugar. Dei sorte. O cara foi com a minha cara. Eu disse: “Eu quero trabalhar aqui. Por isso que eu vim aqui.” “Mas não tem nada.” “Eu sei que não tem nada, mas eu estou me predispondo. Eu quero trabalhar nessa empresa.”

V.A. – Qual era a empresa?

I.S. – Era Funbec, Fundação Brasileira para o Desenvolvimento do Ensino da Ciência. Casei, tive uma filha, aí entram outros aspectos pessoais, e aí decidi onde eu ia trabalhar. Saí de um lugar que eu ganhava X e passei para um lugar que eu ganhava 3X. Muito mais. O cara ficou surpreso de eu ir lá procurar emprego: “Eu quero trabalhar aqui.” E o cara foi com a minha cara e falou: “Pode trabalhar aqui comigo.” Que era a Fundação. E essa coisa de eu ter escolhido essa empresa, eu estava em um ônibus, encontrei um cara e o cara falou: “Olha, estive em tal lugar assim, assim...” Eu disse: “Então quer dizer que existe isso?” “Existe isso.” Eu falei: “Essa empresa está na minha lista. Eu vou lá.”

V.A. – E quais eram as outras duas?

I.S. – Eram duas indústrias de alimento.

A.P. – E você foi nessa primeiro antes de ir nas outras duas?

I.S. – Não. Fui nas outras duas, depois nessa e nessa deu certo. Mas eu defini: “Eu vou trabalhar onde eu quero agora. Não quero ficar nesse negócio. Quero isso e quero isso.” E aí cheguei em um lugar que o cara me pagou três vezes mais do que eu ganhava no outro.

V.A. – E o que fazia essa Fundação?

I.S. – Material didático para o ensino de Química. Aí, era um trabalho delicioso. Eu podia ler, estudar, fazer experiências. O maior barato. Tinha coisa melhor? Tentei fazer mestrado. Era impossível fazer mestrado trabalhando. Quebrei minha cara, entrei no mestrado na Química e

não consegui continuar porque não tinha como fazer as duas coisas. Aí, um belo dia eu ouvi um cara falando se não queria convidar algumas pessoas para ir para Angola.

V.A. – Quem estava convidando?

I.S. – A Unesco, para poder trabalhar com o ensino de Ciências. Aí o cara que estava na minha frente não queria ir, falou assim: “Vou fazer o quê lá?” Eu falei assim: “Está bom.” Fiz o meu currículo para aquilo ali. Aí o cara ligou lá da Tunísia: “Ivair, manda o teu currículo para cá.” Aí mandaram o meu currículo e eu fui chamado. Aí trabalhei em Angola, três meses.

V.A. – Quando foi isso?

I.S. – 1979. Chegando em Angola, eu falei: “Não vou voltar mais.” E aí tinha o emprego na Funbec, eu ficaria três meses. Aí ficou uma relação, eu não sabia se voltava. Eu sabia que não queria voltar, aí fiquei três anos lá.

V.A. – E o senhor já estava casado aqui, já tinha filho.

I.S. – Casado, filho, todo o drama que você possa imaginar: família vai para lá, nunca tinha viajado para fora, um país estranho, em guerra, essa situação. Tudo que você possa imaginar. Mas para mim era aquele negócio de volta à África, antes da realidade. Fui para lá com a cara e com a coragem. Três meses, aí fui ficando, ficando, e acabei ficando quase quatro anos.

V.A. – Então de 1979 a...

I.S. – A 1983. Então fiquei quatro anos em Angola...

V.A. – Fazendo o quê? Aí não era mais ensino de Ciências, era?

I.S. – Ensino de Ciências no Ministério da Educação. Aí lá em Angola percorri o país inteiro. Das 17 províncias, 12 pelo menos. Tudo que você pode imaginar. Fui o cara brasileiro que mais percorreu aquelas zonas de perigo, aquelas confusões todas, caí em uma emboscada, todas as confusões, fiquei preso em um lugar lá. Tudo que você pode imaginar eu me metia, pela vontade de conhecer, vontade de sacar. E o que eu resolvi fazer? Eu achava que tinha um papel militante lá também. Aí, no primeiro dia que eu fiquei lá, comecei a mandar sistematicamente jornais, revistas e livros para o país inteiro. Mandei milhares.

V.A. – Para cá, para o Brasil?

I.S. – Para o Brasil. Mandei milhares, pode colocar milhares. Eu chegava segunda-feira no correio com 50 pacotes de jornais, revistas e livros. Eu ficava circulando lá, via o que interessava, sábado e domingo ficava fazendo o pacote e mandava para o Brasil.

V.A. – Com que dinheiro?

I.S. – Eu ganhava bem, era consultor da Unesco.

V.A. – O senhor foi, e nesses três anos ainda era da Unesco?

I.S. – Da Unesco, sou da Unesco. Ganhava bem. E eu mandei tudo que você pode imaginar, para o Vovô do Ilê ayê, que eu nunca tinha ouvido falar, bem como para os meus amigos Amauri, todos que eu conhecia. Mandeï milhares, mas não é pouco, milhares de livros. Tudo que as pessoas ouviam falar de África eu comecei a desconstruir mandando tudo aquilo: “África não é isso, África é isso, é isso...” Mas livros assim, Pepetela então: centenas de Pepetela. Milhares... Tem gente que... Você já imaginou: “Tem um cara lá em Angola militante mandando jornais, revistas...” Essa era a minha válvula de escape, porque você viver em um país como estrangeiro, sem poder fazer política... trabalhar era uma chatice. Uma dificuldade...

V.A. – Por quê?

I.S. – Porque não tinha as menores condições. Para você ir trabalhar, por exemplo, você tinha que ficar preocupado com o gás da sua casa, com a comida que você tinha que arrumar, era uma vida difícil. Você tinha dinheiro mas não tinha onde comprar nem o que comer. Então você tinha que estar sempre... Eu trabalhava em uma sala enorme, mas a minha sala dividia com crianças em uma creche. Como é que você consegue se concentrar? Eu chegava lá, não tinha elevador. Eram cinco andares para subir. Relação difícil com o pessoal, você não tinha... Então uma experiência... onde era a válvula de escape? Vamos mandar. Então você tinha a ideia de construção mandando o material para o Brasil. Então você pode imaginar, livro de Lênin, tudo que tinha lá eu mandei para o país afora. Eu calculo que recebi umas três mil cartas. Porque o drama era saber se os caras recebiam. Tem gente que até hoje se correspondem comigo. Eu nunca cheguei a falar com pessoas de Pernambuco, eu mapeei quem era quem e comecei a mandar. Sem perceber, de repente o pessoal recebia um pacote de coisas sem saber de onde. Eu que estava mandando. Então eu me realizava com aquilo. Aquilo era a minha realização.

V.A. – E essa busca de raízes? O senhor disse que ficou lá...

I.S. – Depois de uma semana você aprende o que é, logo se dá conta da realidade. Viver em um país em guerra, as coisas são outras. São outras prioridades. A questão lá é de sobrevivência. Aquele discurso que eu tinha, não tinha nada a ver com aquela realidade lá muito mais dura, muito mais cruel. Eles precisavam de coisas muito concretas. O que eu estava fazendo era poesia diante da realidade dura. Isso que eu queria mostrar para o pessoal, ou seja: “A África que tem aí não é essa. A África que nós precisamos é outra. Tem que ter um outro olhar. O marxismo que nós aprendemos? O marxismo que eu estou vivendo aqui é este. O que é

revolução? Revolução é isto.” Quem passa por uma revolução como aquela, onde você vê fome, miséria, falta... é dureza.

V.A. – Eu digo o seguinte: o senhor resolveu, ao invés de ficar três meses, ficar três anos porque...

I.S. – Porque eu acreditava que aquilo para mim era importante. Era importante eu vivenciar uma experiência internacional em um país africano. Mas paguei um preço alto por isso, não é? Voltei mais amadurecido, mais duro, menos poético com relação à realidade. E voltei outra pessoa. Quando você volta depois de quatro anos e vê essa política brasileira, é brincadeira. Quando eu voltei, os caras me encaixaram em um grupo lá... Mas enfim, a experiência de Angola foi uma experiência dura. Marcante e dura. Conheci muita coisa, viajei muito buscando essa tal de identidade que eu achava que tinha. E aí um livro que me marcou muito foi o do Richard Wright, que ele dizia o seguinte, ele estava fazendo uma volta à África e ali ele pensava: “Poxa, mas esse negro que está aí na frente dirigindo o carro, pode ter sido meu irmão. Mas nós somos pessoas diferentes. Ele tem outras perspectivas, tem outros pensamentos, tem outros sonhos. Eu sou americano.” Aí eu dizia: “Poxa, eu sou brasileiro. Tenho uma forte presença portuguesa, tenho uma forte presença...” E aí eu tive esse choque: “Eu sou brasileiro. Os brasileiros têm essas e essas expectativas e tal.” Foi muito duro. Você constrói sua vida de um lado e de repente você recebe um choque de realidade cotidiana. Onde você levantar de manhã e terminar seu dia...

[FINAL DA FITA 1 – B]

I.S. – Eu acho que tenho que falar um pouco mais de Angola, porque Angola foi muito marcante. Há uma coisa que eu precisava voltar atrás porque também foi importante. Quando eu era estudante, estava em 1974, havia dois partidos, MDB e Arena. Eu estava em São Paulo um dia no final de semana, tinha um clube chamado Coimbra, um clube que já não existe mais, na avenida São João. Nesse clube a gente fazia até arte, fazia música e lá eu conheci o candidato a deputado pelo MDB.

V.A. – Quem era?

I.S. – O Hélio Santos. E aí, na época a gente pregava “anular o voto”. E aí ele me convenceu que era importante se filiar ao MDB e fazer política no MDB. E eu comecei a pensar e apoiar a campanha dele. E isso, nos anos seguintes, acabou se constituindo uma fase importante, eu

me filiando no MDB e fazendo política partidária. Primeiro fazendo parte do diretório onde eu morava, no Tatuapé, e ali construí política e tal. Essa política partidária foi interrompida com a minha saída do Brasil. Mas politicamente eu comecei a fazer política partidária dentro do MDB e fazia diretórios etc. E era uma política muito complicada porque era uma política muito diferente porque só tinha dois partidos. E na política partidária eu conheci uma outra pessoa também que foi importante, que foi uma das maiores lideranças negras do Estado de São Paulo, estava cassado, se chamava Esmeraldo Tarquínio. Ele foi prefeito de Santos e foi cassado em 1968 pelo Erasmo Dias, o cara do regime militar. E esse Esmeraldo Tarquínio, eu fui atrás dele porque ia convidar ele para ir no meu bairro fazer uma palestra. Dois dias antes de ele conseguir sua anistia em 1978, eu o convidei para ir a minha casa e ele foi, de Santos ele foi até a minha casa na zona leste para contar um pouco a experiência dele como cassado. Ele foi um entre os tantos outros negros que foram cassados. O Tarquínio era um cara brilhante, orador fantástico, uma personalidade marcante. E essa carreira partidária que eu estava começando a fazer sofre uma ruptura quando eu decido ir embora do país. Eu saio em 1979 e volto só em 1984. Esses quatro anos, mas eu iniciei minha vida política-partidária dentro do MDB fazendo filiação. As nossas primeiras filiações que eu fiz na zona leste serviram, digamos assim, de moeda de troca para o Fernando Henrique Cardoso se tornar membro do grupo do MDB.

V.A. – Como assim?

I.S. – O Hélio Santos era ligado ao Fernando Henrique Cardoso. O Fernando Henrique precisava se apresentar no MDB com um mínimo de filiações. As nossas filiações na zona leste serviram para ele. O Hélio sempre teve uma relação próxima com o Fernando Henrique Cardoso e nós acabamos sempre nos aproximando do Fernando Henrique Cardoso nesse período, foi quando ele se candidatou a senador. Então foi a primeira aproximação que a gente teve. Ao mesmo tempo, em 1983, a gente se aproximou do Montoro, que foi a pessoa com quem a gente acabou trabalhando no governo do Estado como assessor do gabinete do governador. Então as filiações que nós fizemos no MDB fazem parte, um pouco, desse processo de entrada de jovens com uma outra linha de pensamento contrapondo as linhas tradicionais. Infelizmente nós fomos sempre derrotados, a gente nunca conseguiu ter um candidato nosso. Então a gente acabou sendo os campeões da derrota dentro do MDB. A gente nunca conseguiu ter um candidato negro que nós conseguimos eleger.

V.A. – Mesmo depois da anistia o Esmeraldo Tarquínio...

I.S. – O Tarquínio morreu um mês antes das eleições.

V.A. – Ele era candidato?

I.S. – Já eleito.

V.A. – E morreu?

I.S. – Morreu. Então nós ficamos... todas as nossas esperanças estavam voltadas para esse cara. Morreu. Aí isso só pode significar que perdemos a maior liderança. A gente perdeu duas grandes lideranças nesse período. Uma foi a morte dele e outra a morte do Eduardo de Oliveira e Oliveira. Que era dessas pessoas que marcaram muito a gente, pelo menos a minha geração que fazia política, marcou muito. Porque o projeto formado em cima do Esmeraldo Tarquínio fracassou. Ele era nossa liderança maior. A gente nunca conseguiu eleger ninguém em São Paulo que pudesse representar essa linha de pensamento. A gente tinha um projeto político em relação ao negro, mas a gente não conseguiu eleger ninguém para ocupar o cargo. E isso fez com que a gente fizesse um outro tipo de estratégia para poder fazer a política que a gente imaginava que era necessária.

V.A. – Que outro tipo de estratégia?

I.S. – A gente acabou usando os votos, mesmo de derrotados, para reivindicar espaço dentro do governo do PMDB.

V.A. – Foi o caso do governo Montoro?

I.S. – É. Foi aí que a gente conseguiu, foi a primeira vez que a gente conseguiu fazer as políticas públicas e tal. Aí quando entramos na máquina do Estado...

V.A. – Tem o Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra.

I.S. – Que eu sou o fundador. Aí que entra...

V.A. – Depois da volta de Angola, não é?

I.S. – É. Quando eu volto de Angola que me incluem lá no grupo de trabalho etc. E aí nesse grupo de trabalho, acabo desembocando com essa ideia da criação do Conselho. É outro que é um capítulo à parte. Mas voltando ainda a minha filiação ao MDB, o MDB me deu essa cancha. Na verdade, essas participações sempre acabam sendo importantes na medida em que você é visto, que você acaba fazendo alianças, sendo reconhecido e deixa de ser anônimo. Mas a gente sofreu muito com essa história do partido porque nós não tínhamos muita condição de nos expressarmos durante a Constituição, os grandes eventos, a gente não tinha...

V.A. – Um porta-voz, talvez?

I.S. – Não tínhamos porta-voz e também não nos sentíamos suficientemente fortes para podermos expressar que no programa partidário deveria constar mudanças. E isso foi muito

tenso, muito desagradável, você estar militando à medida que as coisas poderiam não mudar, como não mudavam mesmo. Estava fazendo política pensando na mudança.

V.A. – O que seria interessante mudar e que não mudava? Porque o senhor falou da Constituição...

I.S. – Nós precisávamos estar institucionalmente inseridos dentro da estrutura do partido. Precisávamos ter um apoio, porque se nós vivemos em uma aporte onde não tem recurso nenhum, eu precisava de alguém que pudesse estender a mão para abrir umas portas, criar bases para você arrumar recursos para se candidatar. Precisávamos impor mais nossos candidatos, a gente nunca teve isso. Talvez, tenhamos terminado derrotados sob este ponto de vista, quando na verdade em outros pontos de vista, conseguimos construir outro tipo de trajetória. Não tinha como você esperar do partido político uma mudança naquilo que a gente acreditava, então a experiência na política partidária foi sempre desgastante. Nos quatro anos iniciais, de 1974 a 78... 1979 foi um marco de mudança na política partidária com a constituição de cinco partidos políticos. Naquele momento houve uma cisão, da qual eu fiquei livre porque estava fora do país. Então eu não vivenciei aquela luta fratricida que acabou existindo entre os vários grupos. Quando eu volto, eu volto por cima, volto já em um governo eleito pelo PMDB, onde meu papel foi só articular para ocupar um espaço político e fazer política como vencedor. E aprendi a fazer política dentro do governo do estado. Agora, claro que foi uma experiência muito sofrida de viver em um país pobre com aquelas guerras todas. Eu tinha ouvido falar em revolução, e tinha vivenciado ali uma outra realidade. Eu não podia falar de negritude, essas coisas, sem ter vivenciado aquilo.

V.A. – Não entendi.

I.S. – Falar de negritude sem você vivenciar uma experiência como Angola é você falar, por exemplo... é ser ingênuo na política. O texto da negritude serviu para um momento específico de tomada de conhecimento. Mas para você enfrentar os desafios a expressão deveria ser “tigretude”. Você deve se revestir de tigre para poder superar aquelas situações todas que advém do confronto com a colonização, com os colonos, com as grandes potências. Você não pode falar de negritude se você precisa comprar uma lâmpada. E como é que você vai comprar essa lâmpada? Você precisa ter produção. E você fica dependendo da lâmpada, porque se você não tiver a lâmpada você não pode iluminar a sala. Você tem que importar a lâmpada. Como que essas relações de importação se dão? Essas coisas você vivencia em uma revolução. Uma pilha tem um valor enorme em um período de revolução, enorme. Como é que você vai ligar o

seu radinho sem uma pilha? Então, esses detalhes eram mais importantes para mim. Por exemplo, em uma revolução, você entrar em um prédio e o prédio estar limpo é um ato revolucionário, é um ato da comunidade entender. Mas você entra em um prédio, não tem luz, todo mundo roubou a lâmpada, aquela sujeira e tal, você vai falar em negritude ali? Essa realidade não devia ser. Então comecei a me confrontar com as lideranças aqui: “África não é isso, essa poesia que você está falando...” É muito mais duro. Não é... você precisa comer, precisa trabalhar e tudo conta: a cadeira onde você senta, o lugar onde você está se está limpo, alguém vai limpar, alguém tem que fazer isso, como é que faz? Então foi duro. Então a experiência em Angola fazia com que visse quem estava no Brasil como ingênuos, achando que aquilo era o essencial e não era. Isso, por outro lado, me marcou muito porque eu comecei a ter uma visão de África muito dura. Eu não conheci a África rica então eu comecei a ser, digamos assim, muito crítico e intolerante com certos discursos em relação à África. Aquilo não batia com o que eu tinha vivido. Então era difícil.

V.A. – Discursos mais idílicos...

I.S. – No movimento negro e tal, essas coisas.

V.A. – Colocando na África todas as soluções...

I.S. – Mãe África, essas coisas me deixavam aborrecido. Não era isso que eu tinha vivenciado. A guerra pela informação do que é África para mim era importante. Ou seja, como é que as agências de informação manipulam as informações no meio africano, isso é importante. O estabelecimento de uma relação com uma agência africana de informação, isso para mim era mais importante do que receber informações dessas grandes, as francesas, belgas, americanas e inglesas mandando informações sobre África. Eu achava que tinha que ser uma agência africana para informar o mundo sobre a África. E a história da África, essa África mais livre. E também você, por ser africano ou ser brasileiro – vou usar uma expressão não muito tranquila –, tem uma alma para isso. Não é um discurso que provoca isso. Então tem coisas e valores que eu via nos africanos que me impressionavam.

V.A. – Por exemplo?

I.S. – A relação com o sagrado, a relação com a morte me impressionava. Eu estava fazendo uma viagem para o Zaire, uma república da Angola...

V.A. – Não é o Zaira Congo, é o Zaire república da Angola?

I.S. – É. Uma província onde era o reinado da rainha do Congo. Construções belíssimas, arquitetura muito bonita, não tem nada a ver com essas ocas, bobagens que você vê. E aí me

impressionavam os túmulos: “Mas que raio, o que é esse negócio?” Túmulo em formato de peixe, outro de carro, outro de livro: “Que história é essa?” É que aqueles túmulos tinham a ver coma história de vida daquelas pessoas. E aí, por exemplo, como eu sofro de bronquite, para todo lugar que eu ia eu frequentava dois lugares: o hospital porque estava sempre doente e os kalungos e remédios tradicionais para me curar da bronquite. E daí, fui me meter em uma aldeia lá no Zaire: “Eu quero um remédio aí...” Aí o cara falou: “Olha, é o seguinte: para eu fazer o seu remédio eu preciso dormir com o seu problema.” Então ele pensava nos problemas dele, dormia, refletia, levantava no dia seguinte e ia buscar aquela planta para fazer. E lá era praticamente um hospital, tinha várias pessoas com esteiras dormindo lá. Eram pessoas que tiveram choque cultural. O que acontecia? O partido tinha que ganhar as eleições, não é? Aí o cara lá pegava um daqueles meninos lá e mandava para escola etc. “Você vai para a Bulgária estudar, ou representar a embaixada.” Aí você estava na Bulgária. Para um menino daquele na aldeia, que passou par o governo e está na Bulgária para representar o consulado, o que acontecia com ele? Um choque! Aí como é que faz para o cara melhorar? Tem que voltar para a aldeia e ficar lá restabelecendo. Essa coisa eu vivenciei.

V.A. – Mas eu não entendi, por que você disse que se incomodava com a questão do sagrado?
I.S. – Porque o sagrado fazia parte da vida das pessoas e eu vivendo em um país que era materialista, marxista. Então, algumas histórias que eles me contavam só tinham razão de ser se pudesse vincular isso ao sagrado. Então eu falava para o cara: “Mas você? Como é que você pode ser favorável a isso?” Aí o cara ficava sem graça, mas ele me explicava. E aí quando ele se abria para mim eu entendia que estava ligado à alguma coisa que ele acreditava, que não fazia parte do cristianismo, mas que fazia parte dele entender aquela realidade que ele estava vivendo ali, entendeu? Isso demorou tempos para eu poder entender. Ele falava assim para você, mas a linha de raciocínio para interpretar aquele fato não é a que você está imaginando. Ele explica aquela ação, não por aquela lógica que eu aprendi, mas por uma outra lógica que está vinculada à alguma coisa sagrada que levou ele a ter aquele comportamento. E quando ele se abre para mim e fala isso, eu consegui entender. E essas coisas têm muito a ver com a relação com os pais, com os tios, uma outra coisa, que eu não sabia, mas você está falando com um cara, está em uma cidade grande, mas atrás dele, a linha de raciocínio que ele faz para poder argumentar tem essa coisa. Eu me meti uma vez em uma disputa. A disputa era a seguinte: o cara queria largar a mulher.

V.A. – Lá em Angola?

I.S. – Lá em Angola, em uma província chamada Kuanza Sul. Nessas viagens que eu fazia, nós paramos nessa cidade e estávamos tomando um caporoto lá, que era um vinho horrível, uma coisa horrível, uma bebida lá. E aí ia tudo bem, aí surgiu um problema para gente intermediar, o meu amigo e eu estava com ele para intermediar. Era o seguinte: tinha uma mulher, tinha um cara e tinha um outro cara. O cara queria largar a mulher porque ele achava que a mulher estava sendo infiel. Aí nós falamos: “Mas por que infiel?” “Porque a mulher já teve um caso com ele, depois teve um filho com ele, aí ele vem aqui e está adoçando a boca da criança. E você sabe: quem adoça a boca da criança quer adoçar a mãe.” E essa era a história. E do outro lado falou assim: “Não é daqui, não tem relação nenhuma com ela. Foi só um episódio.” Então tinha uma tensão: a família da mulher ali ouvia a história, o cara acusado e o acusador ali. E nós, eu e o meu amigo, para intermediar aquela confusão depois de muito vinho. Aquela confusão toda. E eu ouvindo aquela história em três línguas. Cada um falava, o cara me traduzia, e eu estou ouvindo aquela história, falei: “Como é que isso vai acabar?” Não acabou, ou seja, a tensão permaneceu o tempo todo. Mas para entender aquilo ali, para mergulhar naquela história toda: “O que eu estou fazendo aqui?” Os caras me incorporaram como se eu fosse parte daquele mundo que eu estava vivendo e como se eu estivesse entendendo tudo. E eu estava ouvindo para tentar entender e fazer uma intervenção sem que fosse desastrosa. Não interessava que a mãe perdesse o filho, mas enfim, não tinha solução e não era para ter solução naquele momento. Era uma tensão que não se resolveria com a minha intervenção. Essas coisas a gente... vi, por exemplo, jogos matemáticos de lógica, que você ficava ali e não conseguia entender os jogos de lógica que eles estavam apresentando e aquelas crianças faziam. E eu que estava ali olhando não conseguia mergulhar na lógica que os jogos, que as crianças tinham. Isso me deixava afundado de tentar mergulhar naquela lógica. E as culturas africanas, os povos africanos, você falar com um bochimán e falar com um kimbundo, falar com um kicongo, transitar por esse continente, por esses povos todos, me deixava fascinado porque eram olhares sobre a vida e sobre as relações humanas fascinantes. Mas eu era um observador que não tinha nenhum preparo para isso e só por um fascínio de ver os comportamentos das pessoas diante de assistir um filme, por exemplo. Você ia lá assistir um filme, aquela participação daquela plateia masculina diante daqueles filmes era uma coisa, era como se fosse um jogo de futebol. No beijo aquela moçada gritava, era uma loucura. E ao mesmo tempo, com tudo isso, você vivendo com uma guerra. Como é que é isso? Mas acha que alguém, vivendo isso tudo, podia receber um discurso sobre poesia, sobre história da África, com a mesma tranquilidade? Ia para o choque.

Eu ficava completamente aborrecido: “Você não leu os jornais?” “Eu não estava com os jornais aqui.” “Você não leu os livros?” Não podiam ver mesmo... Aí foi o meu choque. Eu era um cara que tinha vivido aqueles anos todos lá. Tinha algo para falar, mas não tinha quem queria ouvir, porque meu discurso não se encaixava em nada. Isso fez com que eu me afastasse muito da África. Ao contrário, a África ficou em um departamento lá fechado. E nunca mais, mexer com aquilo é mexer com um passado que te machuca. Porque eu vi uma realidade cruel, conheci pensadores, políticos maravilhosos. Conheci uma cultura europeia sólida presente na vida das pessoas. As pessoas se formavam com uma cultura europeia, portuguesa, muito sólida. Muito melhor do que a nossa em termos de conteúdo, em termos de riqueza, o que colocava você em uma situação de quase analfabetismo diante dos autores com quem trabalhava e se movimentava. E você ali diante disso. Aprendi amar Portugal, a importância de Portugal na nossa história. Ao mesmo tempo que eu buscava a história da África na minha vida, negava Portugal na minha história. Aí Portugal começou a fazer parte dos horizontes, os autores, a história dos portugueses, me fizeram, a história do povo português me fez me apaixonar por eles e tal. A importância que eles têm no que é ser brasileiro. Ser estrangeiro também é uma experiência muito difícil. Conviver com uma instituição, o Ministério das Relações Exteriores por parte do Brasil, é difícil. Conviver com diplomatas fora do Brasil, se você não é nada, se você não é ninguém, é difícil. Conviver um pouco com o sistema das Nações Unidas é horrível, não tem nada de respeito, de Direitos Humanos, não tem nada. Aquelas pessoas são pessoas comuns, que não têm um saber, uma forma de viver, nem uma fórmula. São burocratas insensíveis como qualquer outro. Tudo isso... As Nações Unidas deixou de ser uma referência, não as Nações Unidas, mas os técnicos das Nações Unidas deixaram de ser uma referência idealizada, mas uma avaliação concreta. Então passei a ser mais crítico do sistema das Nações Unidas. Não do sistema, mas das pessoas. Como elas são recrutadas, como elas são preparadas, como elas trabalham, com qual lógica elas trabalham.

V.A. – Essa formação europeia que o senhor estava falando é na camada média, intelectualizada de Angola? Dos negros?

I.S. – É. Dos negros, das lideranças políticas, uma formação muito forte, sólida.

V.A. – Por que eles tinham estudado em Portugal e tinham voltado?

I.S. – Isso. Os professores que eles tinham eram professores muito rígidos. Na província eles eram mais rígidos do que em alguns lugares em Portugal, com relação a hábitos e costumes. Exigiam muito daquele negro que estava ali. Exigiam de uma forma até, às vezes, cruel. Mas

exigia. Moldava o modelo dele de ser, de uma forma nem sempre positiva. Mas eles tinham uma base intelectual que não era desprezível. Que claro, com a revolução se perde. Porque aí nivela por baixo, não é? Não tem tanta gente preparada assim, porque era uma pequena elite que tinha acesso ao ensino médio. E universitário muito menor ainda. Então, os problemas que se tinha eram problemas que eu via mais do desenvolvimento, muito mais para ficar preocupado com políticas maiores. Você começa a ver o país, a importância das políticas. Hoje é difícil um brasileiro ter noção clara, por exemplo, de uma decisão de um órgão como a OMC, por exemplo. Uma decisão internacional, para o brasileiro, é difícil entender e reconhecer como se pudesse mudar sua vida, não é? Lá não. Lá você tinha clareza que a conjuntura internacional, a conjuntura do continente, era importante na sua vida, no seu cotidiano. Era importante saber quais eram os avanços que os países daquela região... Isso tudo foi porque eu vivi em um país muito pobre e em guerra. Se eu tivesse vivido, talvez, na África do Sul é possível que eu tivesse um outro tipo de concepção. Mas é que eu caí em um país com uma tragédia. E é por isso que a minha leitura de África ficou limitada, porque se eu tivesse vivido no Senegal, não passeando, mas tivesse vivido lá, talvez eu tivesse uma outra visão. Mas viver em um país com fome e miséria é dureza.

V.A. – Antes do senhor ir para lá, o senhor foi em 1979, aconteceu o famoso ato público no Teatro Municipal em São Paulo. O senhor estava em 1978?

I.S. – O que aconteceu foi o seguinte: naquele período eu estava trabalhando na Fundação, e eu fui convidado pelo Cunha para gente fazer uma reunião para discutir como é que ia ser a nossa intervenção em 1978. Mas no mesmo dia, ao invés da gente ir para a reunião onde estava havendo a preparação para o MNU, o Cunha fez uma reunião na casa dele e nós não participamos da outra reunião. Mas no ato eu fui. Ao saber do ato eu fui para o ato, no dia distribuí material. Mas a nossa intervenção foi muito mais periférica. Eu entrei no processo de 78, no evento da criação do MNU, como a tropa, porque eu estava lá, vivenciei, distribuí panfleto. Mas por um erro de estratégia, as pessoas que estavam envolvidas, o Cunha desviou a atenção para uma outra questão menor.

V.A. – Qual era a questão?

I.S. – Não havia clareza se devia ter ou não. Mas eu fui para a reunião pensando que o Cunha estava querendo discutir essas questões, e o Cunha estava com outras preocupações. E a reunião acontecendo do lado. E aí, só fui saber: “Olha, vai ter o ato. Então vamos para o ato.” Aí fui para o ato. Mas fui para o ato com medo de distribuir material, panfletos e tal. Não participei

daquela concepção. Porque tem uma outra coisa também complicada: eu estava saindo de São Carlos e estava ainda em uma outra situação onde eu não tinha o peso para poder falar ou decidir. E as pessoas que estavam no MNU tinham uma inserção na Convergência Socialista, eles tinham uma outra inserção que eu não tinha, nunca tive essa inserção. Então eles tinham outro tipo de preocupações. E eu fui para o ato, apoiar o ato, fazer o ato...

V.A. – E essa reunião na casa do Cunha foi sobre o quê?

I.S. – Era para discutir isso. Mas ao invés dele fazer a discussão lá com os caras ele foi fazer na casa dele, eu e ele. O que adianta eu e ele? Aí discutimos, mas para retomar o passo, eu só fui retomar sendo convocado para o evento. E fui para o evento, cheguei lá e comecei a distribuir material. Mas da elaboração...

[FINAL DA FITA 2 – A]

A.P. – ...Porque você falou que tinha ido a uma reunião...

I.S. – Já existia uma tensão que começou a acontecer, provavelmente, em 1976, 77. Já havia uma tensão no meio do movimento negro entre aqueles que defendiam que era uma mudança cultural e uma mudança mais profunda. Então havia uma tensão no ar.

V.A. – Não entendi a diferença.

I.S. – É o seguinte, havia algumas pessoas que achavam que a mudança tinha que acontecer através de informação de mudança, “então temos que publicar mais, organizar poesia, organizar contos, fazer eventos esportivos, tentar reunir a comunidade”. Que era a linha do Feconezu, era a linha do Quilombhoje, havia uma tendência que a gente chamou, batizou de culturalista, mas era uma tendência entre pessoas que tinham feito as opções que eram corretas e a gente não sabia avaliar naquele momento. E havia as pessoas, oriundas como eu, que vinham do movimento político que queriam uma manifestação mais política, mais inserida naquela discussão que havia naquele momento. Mas nós não tínhamos nenhum cabedal para fazer e eles tinham um projeto específico de literatura, de teatro, de festival, e nós querendo transformar aquilo em uma coisa política. Negando que aquilo ali fosse política. Então essa tensão percorreu 1976, 77. Então, no bojo disso é que surge uma cisão, e o MNU surge dessa cisão. Surge, na minha avaliação pessoal, dessa cisão. E uma coisa é o seguinte: em maio de 1979 ainda teve outra manifestação e foi a primeira vez que me agrediram fisicamente em uma

manifestação do movimento negro. Por quê? 1979 a gente teve um ato político em frente a Mãe Preta no Largo Paissandu em São Paulo.

V.A. – O que é a Mãe Preta?

I.S. – Mãe Preta é uma estátua em homenagem às mães negras e que todo ano, no dia 13 de maio, havia manifestações de apoio, era um local político onde alguns grupos mais conservadores iam lá fazer discursos. Na verdade era uma exaltação do povo negro, mas ao mesmo tempo um compromisso com essas alas mais tradicionais. Para ser mais duro ainda, eram negros que apoiavam o Regime Militar. E nós fomos para lá fazer um protesto contra o racismo. Como eles estavam lá, nos viram como estraga festas e nos agrediram fisicamente. Nós estendemos as faixas... Porque eles viam não como um ato político, mas como um ato em que colocava em risco as pessoas que estavam fazendo o evento deles. Como um estraga festa, entendeu? O cara estava falando sobre a história do negro, as conquistas do negro... alguém grita lá “contra o racismo no Brasil”, e lá estava Globo, estavam lá as forças do movimento de 31 de março, todo aquele povo estava lá e nós cutucando os caras. E aí eu fui literalmente agredido fisicamente porque estávamos lá com aquelas faixas e tal. Isso em 1979. Essa tensão... Primeiro que eram várias tensões: os grupos de esquerda se aprofundam na questão interna, ou seja, aprofundando o debate sobre o marxismo e sobre o socialismo nas diferentes correntes, entrando no movimento discutindo isso; ao lado disso você aquelas pessoas que tinham uma trajetória no campo cultural querendo reafirmar sua posição e ao mesmo tempo havia pessoas que estavam querendo fazer mudanças. Algum preço tinha que pagar por essas mudanças. E havia outro grupo que não era expressivo, era pequeno, formado pela classe média negra mais tradicional de São Paulo, que achava que não teria que ser aquela forma de ver a coisa.

V.A. – Achava que havia racismo?

I.S. – Nos via como comunistas, então não viam com simpatia nossas intromissões.

A.P. – Essa manifestação em 79 foi na Irmandade do Rosário?

I.S. – Foi ali. Ali eu fui agredido fisicamente pela primeira e única vez em um evento, foi lá. Todas essas tensões apareceram ali. Aí você vai para uma reunião e fala: “Vamos fazer uma reunião, vamos chegar lá e vamos ler um documento.” Aí todo mundo do movimento faz um documento. Aí chega lá o cara do movimento faz um e o pessoal da igreja faz outro.

V.A. – O cara do?

I.S. – “Vamos fazer um documento para falar sobre 13 de maio.” Aí você vai e faz um documento. Aí na hora “H” não é só esse documento que é lido. É lido esse e distribuído um outro da Convergência. Essas tensões começaram a aflorar.

V.A. – E onde foi isso? Foi no ato da escadaria do Municipal?

I.S. – Não. Alguns meses depois. Meses depois teve um outro ato público.

V.A. – Ainda em 1978?

I.S. – Em 1978 teve um nas escadarias. Nove meses depois teve um ato em maio.

V.A. – Esse de 1979, da Mãe Preta?

I.S. – É. Aí as tensões ficaram mais afloradas.

V.A. – Mas esse que a Convergência distribuiu um papel?

I.S. – De 1979.

V.A. – Mas a Convergência não estava patrocinando esse ato.

I.S. – Mas militantes estavam ligados à Convergência. O que incomodava é que você tirava uma coisa, chegava na hora o cara aproveitava, ignorava a decisão do conjunto e apresentava a proposta dele. Você estava ali... E essa coisa não transparente, não deixava você tranquilo no processo. Isso era uma tensão que percorreu todo o movimento. Mas o que aconteceu? Em setembro de 1979 eu me mandei, fui embora do país. Aí caí em uma outra realidade. E aí fiquei longe desses... E isso acabou se aprofundando depois com o PT, que se tornou partido. Porque isso você convivia ainda no MDB. Na hora que, em 1979, começa a haver os partidos, e agora? Quem vai para onde? Eu não participei desse movimento. Se eu tivesse que tomar essa decisão era natural que eu fosse para o PT. Eu acabei saindo fora do país.

V.A. – E na volta o senhor voltou para o governo do PMDB.

I.S. – PMDB. Não vivenciei essa fase de transição. A tendência era eu ir para o PT, porque toda a minha turma estava lá. Embora minha militância política-partidária tenha começado no MDB. E como eu cheguei, era natural que eu fosse para o PMDB. Não tinha participado daquele movimento de transição que foi importante.

V.A. – Mas o senhor chegou a ser coordenador dessa comissão do Montoro então, do Conselho?

I.S. – Cheguei.

V.A. – Como é que foi isso?

I.S. – Isso é uma história que vai. Aí temos que...

V.A. – Mais tempo.

I.S. – Muito mais tempo.

V.A. – Vamos parar então? A gente continua dessa história que o senhor conta sobre como fundou o Conselho.

[FINAL DA 1ª ENTREVISTA]

2ª entrevista: 01/07/2005

V.A. – É nossa segunda entrevista com o Ivair. A primeira nós fizemos exatamente em 7 de setembro do ano passado, de 2004, em São Luís. E nós, quando fizemos a entrevista em São Luís, que foi a nossa primeira entrevista, nós pegamos a sua trajetória, enfim, a escola, o cursinho Equipe, a universidade em São Carlos, já como presidente do DCE em São Carlos, o contato com o Cunha e a entrada no movimento negro; e fomos até Angola também, e o senhor estava voltando de Angola e já com contatos com o antigo MDB, agora PMDB e entrando no Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra do governo Franco Montoro, não é isso? E o senhor fundou mesmo esse Conselho. É essa história que a gente não tem ainda registrada.

I.S. – O Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra surge a partir da minha entrada no governo Montoro. O PMDB tinha ganho as eleições e eu tinha acabado de chegar, não tinha participado das eleições, mas fui chamado para uma reunião política. Nessa reunião política eu fui convidado a ser indicado para participar da Secretaria de Assuntos Políticos do governo Montoro. Eu não conhecia o governador Montoro. E aí, nessa Secretaria, eu fui trabalhar no Palácio Bandeirantes. No Palácio Bandeirantes foi uma espécie de escola, eu comecei a observar como é que as coisas desenrolavam dentro do Palácio. Então, logo no início do governo havia uma grande insatisfação porque não havia uma participação efetiva do negro dentro do governo, era muito pouca gente que havia conseguido ser nomeado no governo. Mas duas pessoas estavam no Palácio: uma era eu, trabalhava com assuntos políticos, e o outro era o Hélio Santos que trabalhava no cerimonial do Montoro. Mas eu pude observar, por exemplo, que as mulheres tinham criado um Conselho, o Conselho da Condição Feminina. E a partir dessa experiência eu sugeri à Secretaria de Assuntos Políticos, para o chefe de Gabinete

Tales Figueiredo [conferir], eu falei: “Por que não criar um Conselho do negro?” E ele achou interessante a ideia e me deu sinal verde, e eu comecei a trabalhar isso no interior. Conversei com o Hélio, o Hélio achou interessante; conversei com outros colegas, o Antônio Carlos Arruda e o Genésio, e nós quatro começamos a trabalhar politicamente essa ideia. Então, o que nós fizemos? Isso era fevereiro, março de 1983, logo no início do governo. Como o Hélio trabalhava no cerimonial, nós marcamos uma audiência com o Montoro, comemorando o 13 de maio no Palácio Bandeirantes. E nós fizemos da seguinte forma: a gente colocou três pessoas fazendo perguntas sobre a situação da criança, da mulher negra, da violência policial, e terminava a fala dos militantes perguntando: “Por que não criar um Conselho?” Mas se isso fosse só uma reunião... mas isso foi filmado pela *TV Cultura*. E o governador Montoro perguntou para o Hélio Santos, na fala dele, se o governo estava de fato respeitando o negro. E o Hélio falou: “Não, não dá não.” O Hélio confirmou em viva voz que não havia, de certa forma, essa incorporação. E aí, no dia 11 de maio de 1983 o Montoro topou criar o Conselho. Mas entre a decisão dele de criar o Conselho e ele de fato ser criado, isso compreende um processo, porque as pessoas viam a criação de um órgão de governo do negro, como um órgão que ia contribuir para o racismo. Naquela época ainda era vigente a Lei Afonso Arinos. Então a tarefa toda era convencer os outros de que aquele órgão ia fazer política para combater o racismo. E nós nos apropriamos... aí como vivíamos no Palácio, a gente aprendeu logo uma coisa: que era importante pautar as ações do movimento dentro da agenda governamental, a agenda política do país. Começamos a trabalhar com esse olhar. E aí você pode imaginar: 1983 o que era? Era *Diretas já*. Então a gente começou a utilizar a máquina do governo para incluir a questão negra no movimento das *Diretas já*, que estava ali naquele momento. E isso foi crescendo. Mas a gente não conseguia realizar o Conselho. Até que teve um dia, um dia até bem marcante, que nós estávamos no prédio da *Folha de São Paulo* para tirar aquela famosa fotografia da sociedade civil a favor das *Diretas já*. E eu tinha sido um dos negros chamados para aquela fotografia, a fotografia famosa. Nesse meio tempo, o Montoro estava do meu lado e começamos a conversar. Ele disse: “Por que a gente não cria logo esse Conselho? Está há mais de um ano, desde 11 de maio de 83. 84 já e nada de criar. Então vamos criar.” Porque na verdade, entre a decisão dele de criar e os obstáculos, eram muitos. Aí o Montoro construiu uma comissão formada por quatro pessoas: o Hélio Santos, eu, o Arruda e o Genésio. Nós fizemos o Conselho e no dia...

V.A. – Espera aí. Era o Genésio de Arruda?

I.S. – Antônio Carlos de Arruda.

V.A. – Antônio Carlos de Arruda.

I.S. – E o Hélio Santos.

V.A. – Quer dizer que o Genésio também tem o nome de Arruda?

I.S. – Também tem. São parentes, assim como o Hélio Santos também é meu parente. Bom, o que a gente começou a fazer? Aí nós lotamos o Palácio Bandeirantes e fizemos um grande ato público na criação do Conselho. Mas o Conselho, veja só, ele não surgiu de uma demanda do movimento negro. Muitos negros tinham o entendimento de que aquilo poderia ser uma Funai, ou alguma coisa que fosse tutelar os negros. E naquela época havia uma tensão muito grande no seguinte: qualquer participação no Estado era uma cooptação, você estava sendo cooptado e tal. E nós, eu tinha clareza, ou seja, de que era mais uma arena política em que você ia estar trabalhando. Mas isso impediu, por exemplo, de você ter uma aproximação maior com o movimento, que ficou muito desconfiado com o que ia ser aquilo ali, entendeu? E nós tínhamos de experiência, nós tínhamos visto o que as mulheres tinham passado na hora de criar o Conselho delas, porque nós estávamos ali no centro do Palácio. E aí, com isso tudo, nós aprendemos a poder construir o Conselho. O Conselho foi o primeiro órgão de governo, depois do Regime Militar, criado para combater a discriminação racial e fazer políticas públicas. Então foi o primeiro órgão que nós criamos. E a partir daí nós, quando conseguimos fazer uma bela instalação, um belo evento, nós tínhamos uma pauta bastante concreta. A pauta era: o que o movimento negro vinha defendendo, contra o racismo no trabalho, na educação, enfim, nas diferentes áreas. O que a gente fez? A gente fez como se fosse um trabalho de desbravar a máquina de Estado. Nós começamos a fazer trabalhos em várias frentes: na educação, no trabalho, na área de comunicação... a gente foi fazendo. Isso criou uma avalanche de atividades. O que a gente fez? A gente começou a fazer... nosso primeiro evento foi na Secretaria do Trabalho. Advinha quem era o secretário de Trabalho? Almir Pazzianotto. Foi uma atividade no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, que na época o presidente era o Joaquinzão, que era um líder sindical importante e tal. Fomos discutir racismo no mercado de trabalho lá. E foi interessante porque a gente pegou um assunto quente, que era o mercado de trabalho. Como é que isso se dava... Então nosso primeiro evento. E aí nós utilizamos uma foto importante de um jornalista chamado Luiz Paulo, um negro que inclusive está aqui no evento. E essa foto mostrava um trabalhador negro, é uma foto muito bonita. Aquela matéria acabou indo para o Boletim Informativo do Palácio Bandeirantes, que era o boletim do governo do estado. E aí eu

cheguei e falei: “Ficou muito bonita, está mostrando como nós estávamos agitando.” Aí eu peguei aquela foto e fui conversar com o editor do Diário Oficial do Estado de São Paulo. Eu disse: “Você não quer fazer uma cópia para mim dessa matéria? Ficou muito boa, ficou em uma página central, aí eu posso fazer...” Eu fui lá para pedir para ele dez mil exemplares daquilo lá. Ele falou: “Não. Vamos fazer um jornal.” Olha, o diretor da Imprensa Oficial era o Dário Dantas, jornalista de peso, o cara que apresentou para a sociedade a grande escritora negra... a Cinderela Negra... vocês conhecem a escritora, que fez *Quarto de despejo*. Qual é o nome dela, a autora que fez *Quarto de despejo*? [Carolina Maria de Jesus] Então o Dário Dantas era esse jornalista de peso: “Vamos fazer um jornal.” Aí, tudo bem. “Qual a tiragem que vai fazer do jornal?” Eu falei: “Bom...” [incompreensível] para poder chegar nos dez mil, não é? “Cinquenta mil exemplares.” “Tudo bem, vamos fazer.” Aí ele topou fazer de cinquenta. Quando eu cheguei no Conselho e falei, eles ficaram loucos: “Como é que nós vamos distribuir cinquenta mil exemplares? É muito jornal.” Eu falei: “Vamos que a gente consegue. Cinquenta mil para o Estado de São Paulo, vamos...” E aí nós fizemos o jornal que foi o nosso grande instrumento. Começamos com cinquenta mil e chegamos a quatrocentos mil exemplares. Foi um jornal que era para panfletar que nós existíamos. Nós aprendemos a utilizar a máquina administrativa como militante e como é que as coisas ocorriam na máquina administrativa. Então a gente descobriu, por exemplo, que as pessoas gostavam muito de ver fotos de negros conversando com o governador... Então as fotos eram importantes. E o cara do Palácio, o homem das fotos, nós descobrimos quem batia as fotos e para onde iam essas fotos. E aí essa pessoa ficou muito próxima a nós. Então nós montamos um arquivo de fotos no Palácio. E outra coisa que a gente aprendeu, é que colocar o nome do Conselho na audiência também dava uma repercussão grande no estado. Então nós começamos a colocar o nome do Conselho e fazer audiências com o governador do estado. Isso também dava e mostrava um certo empoderamento. Essas pequenas coisas: a utilização de fotos, agendar mesmo que não... por exemplo: você tem uma agenda do governador, que você coloca lá e muitas vezes não vai acontecer. Mas você coloca lá, e nós colocávamos o nosso Conselho como... Isso dava um empoderamento para nós. Os outros órgãos do governo – eu estou falando do estado de São Paulo, milhares de trabalhadores de “n” órgãos – nos colocavam quase como uma secretaria. E todos os eventos com o governador nós estávamos lá presentes. E aí começávamos a confundir a agenda política com a nossa agenda. Naquele momento, em 1985, aconteceu um outro fato importante. O que era? A grande mobilização para a eleição do Tancredo. Teve tudo, nós nos pautamos para entrar

com o Tancredo. A gente veio para Brasília para conversar com o Tancredo para ver de que maneira nós poderíamos apoiar a eleição dele. Nós tiramos aqui uma fotografia com ele e botamos no jornal do Palácio para dizer: “Movimento negro conversa com Tancredo.” Isso nos colocava sempre na agenda nacional: “Os negros estão se articulando...” Mas quando o Tancredo resolve montar, talvez não seja esse nome, mas a Comissão dos Notáveis, que eram umas 50 pessoas do país que iam elaborar o modelo de Constituição.

V.A. – O projeto de Constituição.

I.S. – E aí, por uma razão que a gente nunca vai saber, era para ser o Milton Santos o indicado, e de repente deixou de ser. E ficou um vazio. Não tinha negros incluídos na Comissão. Não tenha dúvida. Nós montamos uma estratégia de ocupar esse lugar enquanto de um negro. Mas não podia ser só uma reivindicação. Ao mesmo tempo, ou seja, a gente estava sempre pautando pela a agenda do governo: sabia que ia acontecer alguma coisa, colava lá. Um dia desses a *Folha de São Paulo* resolveu fazer um dia do governador do estado. E acontecia um fato interessante – não se esqueça que eu tinha vindo de Angola e estava sempre antenado com o negócio da África do Sul, para bombardear e tal. Aí a *Folha de São Paulo* resolveu acompanhar o governador por 24 horas. E aí teve uma situação que eu coleí no governador e não dei tempo... “Governador, nós temos que fazer alguma coisa contra o *apartheid*.” E a *Folha de São Paulo* ouviu. Aí a *Folha de São Paulo* registrou que os negros de São Paulo estavam preocupados com a África do Sul. “Então vamos fazer um ato.” Aí fizemos um ato no Palácio favorável à África do Sul, contra o *apartheid*. Nesse ato nós chamamos vários cônsules que estavam em São Paulo e embaixadores africanos, chamamos a banda militar para tocar o Hino Nacional nesse ato e tal. Fizemos tudo como manda o figurino, mas no governo do estado para protestar contra o *apartheid* na África do Sul. A África do Sul mandou uma carta protestando, como é que nós nos envolvíamos? Aí em São Paulo, veio um representante do Ministério das Relações Exteriores. Esse, na época era um ministro, esse ministro pegou a carta da embaixada sul-africana e devolveu a carta sem abrir, ou seja, fechada, entendeu? Como um gesto que diz: “Nós aqui podemos fazer...” Um gesto elegante de dizer: “Nós vamos fazer o ato e acabou.” Mas no ato aconteceu uma coisa. Eu falei assim: “Olha...”

[Interrupção da entrevista]

V.A. – Dentro desse ato no Palácio...

I.S. – Nós sentamos no Conselho e dissemos: “Vamos planejar bem esse ato. Esse ato tem um objetivo muito concreto. É *apartheid*? É. Entretanto Hélio, nós queremos lá é entrar na Comissão Constituinte. Então você vai falar disso, você vai ter que falar disso: não tem um negro lá... Temos que protestar em relação a isso.” Aí falamos assim: “Você Jurandir, você, você... quando o Hélio falar isso, você fica de pé e bate palmas, chamando, dizendo que é isso mesmo...” Tudo combinado. Não deu outra. Fomos lá, fizemos, quando o Hélio falou – o Hélio fala muito bem – o Hélio começou a falar um levantou, o outro levantou, tudo combinado, aí a plateia levantou: “Onde já se viu não ter um negro na Constituinte...” Aí o Montoro, que não é bobo nem nada, pegou o microfone e disse: “Eu vou falar com o Tancredo. Eu vou ligar agora e pedir para um negro, e o negro vai ser o Hélio Santos.” E a massa... Foi nessa aí que o Hélio virou o cara da Constituinte.

V.A. – Da Comissão dos Notáveis.

I.S. – De presidente do Conselho ele virou um cara nacional. Mas foi toda uma coisa orquestrada para ele chegar lá na frente. Nós conseguíamos de alguma forma ter a sacação de que nós estávamos vivendo um momento tão rico que o negócio era pautar a questão nacional. Nós tínhamos que pautar a questão nacional. E nós tínhamos que discutir com o país, entendeu? Então o jornal deixou de ter uma circulação estadual e passou a ter uma circulação nacional. A gente panfleteava o país de que existia um órgão nesse sentido. Muita gente protestava, era contra, o Conselho não estava aí para nada... Mas na verdade nós estávamos abrindo uma nova esfera de intervenção na estrutura, na máquina do Estado. A gente está falando de 1984, então faz mais ou menos 21 anos em relação a isso.

V.A. – Qual era o nome do jornal? Tinha um nome especial?

I.S. – *Jornal do Conselho da Comunidade Negra*. Eu era o editor do jornal. Nós aprendemos que a fotografia de negros falando com brancos de autoridade era importante.

V.A. – E era mensal?

I.S. – Era quando dava, quando a gente conseguia espaço dentro do orçamento, a gente fazia. A gente chegou a fazer uns oito números. Mas foi muito legal. Esse jornal é super importante para nós. Agora, o que o Conselho fez? O Conselho fez discussões muito boas na área de educação, chegou a fazer um jornal para distribuir em sala de aula sobre Zumbi dos Palmares, gerou várias dissertações de mestrado e doutorado, em função do trabalho que o Conselho fez nas escolas em relação a isso. Por exemplo, pautou instituições inteiras que antes não tinham esse tema em relação a trabalhar com a máquina do Estado em relação a isso. Agora, curioso,

por exemplo, é que as pessoas que nós mantínhamos conversas naquela época, quem era o secretário de Educação? Paulo Renato. Então essas coisas foram construídas dentro de uma relação que foi transportada para o governo federal no momento certo. Na secretaria de Trabalho quem era nosso interlocutor? Almir Pazzianotto, também um bom interlocutor. E a gente foi mantendo essas interlocuções importantes. Então eu destaco na área de Educação: materiais para sala de aula, debates, cursos, a gente fez várias tensões em relação a isso para ver até onde o Conselho poderia ir. Nós não tínhamos dinheiro, mas a gente acionava a máquina para poder dar respostas em relação a isso. Na segurança pública nós fomos lá protestar em relação ao assassinato de jovens negros. Quem era o secretário de Segurança Pública? Michel Temer. Então, por exemplo, nós fomos convidados a integrar o Conselho de Área Social do governo. Aí nós nos sentíamos como rei, porque o seguinte: o Conselho de Área Social era o Serra, o Pazzianotto, todas aquelas pessoas que viraram depois... E nós íamos descobrindo as situações. Mas o que valia era o aprendizado com aquele processo. E também, nós demos uma sorte danada porque o Montoro era um cara, por exemplo, que ele acreditava em você. Ele não partia da desconfiança para a confiança. Então a gente chegava com uma ideia: “Vamos fazer.” Não tinha aquela coisa negativa: “Vamos pensar...” Não: “Vamos fazer.” E isso nos dava corda para a gente ir avançando, avançando, até... Nossa ideia era: “Vamos até o nosso limite, vamos tentando.” Como o Montoro foi nos dando chance, a gente foi ampliando, ampliando, ampliando... Agora, havia um outro espaço que nos dava muito suporte também. O Montoro criou um instituto chamado Instituto Brasileiro de Estudos e Apoio Comunitário, Ibeac. Era mais ou menos assim aonde você discutia a coisa do governo sem ser governo. Era uma Ong, e nessa Ong, todos os secretários iam lá prestar contas e nós íamos também. E nesse órgão nós ficamos muito amigos com o pessoal que organizava esses eventos. Então o Ibeac ficou nosso aliado, ficou nosso segundo lugar de atuação. Então nós tínhamos essa entrada. Quem era a presidente do Ibeac? Era dona Luci Montoro. Então essa nossa articulação foi dando empoderamento no processo de saber quem é quem. O secretário da Saúde que nos via lá na audiência, nos via também no Ibeac. Então isso nos dava uma certa cancha no processo, porque grande parte das pessoas do governo nos via com grande desconfiança, não acreditava muito nessa história e achava que era um pouco racismo o que estávamos querendo fazer. Então tratava com certa cautela. Mas como a gente tinha o apoio do governador nós íamos atropelando todo o processo. E nós usávamos a rede do país, que era pelas Diretas, por mudança, para essa atuação. Na verdade nós tínhamos planejado que era a partir de 1985, ir para Brasília. Essa era

a pauta que devia ter acontecido naturalmente, porque se o Hélio se elegeisse deputado federal a pauta seria essa. Mas aconteceram duas coisas: no governo do estado de São Paulo foi eleito o Quércia e o Quércia nos colocou para escanteio. Nós ficamos meio na... eu fiquei no ostracismo durante sete anos. Não tinha espaço nenhum dentro do governo para poder trabalhar essas coisas. Era visto como um cara ligado ao governo Montoro. Então fiquei no ostracismo, literalmente desempregado.

V.A. – Mas o Conselho foi extinto?

I.S. – O Conselho não foi extinto porque no último ano eu virei presidente do Conselho e eu fiz uma proposta de projeto de lei que foi aprovada, virou Lei. Virou uma Lei. Isso eu consegui deixar. Então deixei a Lei. A Lei do governo fui eu que fiz. Então até hoje existe.

A.P. – Mas perdeu o poder político...

I.S. – O poder político perdeu. Perdeu porque o Montoro dava o espaço em relação a isso, mas depois da nossa saída o Quércia inventou de criar uma Secretaria do Negro e tal. Mas essa Secretaria não tinha o lastro que nós tínhamos e nós achávamos que essa pessoa que assumiu não era muito boa.

V.A. – Mas o senhor se manteve no Conselho no governo Quércia?

I.S. – Não. Fiquei no Conselho, mas fiquei no ostracismo.

V.A. – Ele não substituiu o senhor?

I.S. – Não. Mas também, perdi o cargo que eu tinha no governo do estado. Fiquei desempregado. Então fiquei só pró-forma, entendeu? Eu acreditava que era possível se trabalhar, mas no governo Quércia foi um período difícil. Esse meu afastamento me fez... foi o período que eu falei: “Bom, não tem outra saída.” Foi aí que eu voltei para a universidade. Aí eu fui fazer concurso, naquela época era concurso para o mestrado na Unicamp.

V.A. – O senhor quis fazer mestrado para quê?

I.S. – Ciência Política. E aí eu ganhei uma bolsa. A bolsa da Capes dava para você manter a família. Era uma bolsa realmente boa. Então desempregado, mas aí eu voltei para a universidade e consegui me manter. Mas ainda a bolsa, uns dois anos eu consegui manter legal. Aí nesse meio tempo eu consegui trabalhar alguns meses com o ministro Almir Pazzianotto, ministro do Trabalho. Mas sempre de maneira muito precária. Então o período do governo Quércia e posteriores, do Fleury, foi um período que em São Paulo acabou com essa ideia de participação. Foi um período muito ruim para quem tinha essa perspectiva. Como eu costumo dizer, nesses períodos de crise eu volto a ser químico. Aí eu me empreguei na Secretaria de

Saúde como diretor da divisão de produtos na área de vigilância sanitária, como químico. Aí durante sete anos eu... Bom, terminei os créditos na Unicamp e comecei a trabalhar como diretor em uma divisão de vigilância sanitária na área de produtos em São Paulo.

V.A. – Do Estado?

I.S. – No Estado. Mas isso através de uma amiga que abriu uma porta lá. Depois fiz concurso lá e acabei virando executivo público. Mas nesse período de 1987 até 91, eu fiquei um pouco meio no ostracismo, porque eu era muito ligado em relação a isso. A partir de 1991 aconteceu uma coisa: era o governo da Erundina e os caras me convidaram para ser o cara que coordenava os assuntos da população negra na prefeitura. E eu fiquei durante um ano como coordenador da Coordenadoria Espacial do Negro em São Paulo. E era o governo Erundina, primeiro governo do PT e tal. E os caras me colocaram lá para trabalhar porque na questão negra no governo do estado não tinha espaço nenhum para trabalhar, mas o pessoal... o Hédio arrumou para mim, para trabalhar na Coordenadoria Especial do Negro no governo Erundina. Eu fui coordenador lá. Lá eu fui com uma missão muito concreta: tornar a Coordenadoria Lei, fazer aquilo que eu já tinha experiência do outro, então eu sabia; e também publicar o livro do Correia Leite. Que é o famoso livro...

A.P. – *E disse o velho militante José Correia Leite...*

I.S. – Então eu fui lá porque isso era um nó. Aí fui lá, era o último ano de governo da Erundina, fiquei exatamente um ano trabalhando, primeiro para transformar em Lei e para fazer o livro do Correia Leite, que era essa meta pequena da prefeitura para trabalhar. Foi o ano também que ocorreu a primeira conferência negra nacional.

A.P. – O Enen?

I.S. – O Enen. Então em São Paulo, na prefeitura do município de São Paulo, eu, para ter a dimensão exata dos problemas todos, mas eu entrei no último ano sem muito poder de articulação. Além de não ser do PT, era o último ano do governo petista, então eu tive que fazer coisas muito objetivas. Foi um período bom, mas também muito difícil de trabalhar em relação ao governo. Quando foi em 1994 o Fernando Henrique Cardoso montou o comitê dele para a campanha dele. Aí me resgataram de novo. Me chamaram para trabalhar, para montar o programa. Quem me chamou foi o Gregori e o Hélio. Me chamaram para ajudar a montar o programa do Fernando Henrique Cardoso. E era um momento interessante de montagem de programa, onde a gente então já vinha com experiência. Mas em 1994 é claro que a pauta já

não era mais, a pauta era uma postura, era ação afirmativa. E na equipe de governo, quem eu fui encontrar de novo? Paulo Renato, toda essa turma que era do governo...

[FINAL DA FITA 3 – A]

I.S. – ...Ainda a desconfiança continuava em relação a essa questão racial. E o tema ação afirmativa nem passava pela cabeça dessa gente, eles eram muito contrários. Eu me lembro de uma reunião que eu coloquei o assunto e pela reação da pessoa... e essa pessoa acabou ocupando o cargo de secretário de Ensino Superior do Paulo Renato. Aí você pode ver que ela boicotou qualquer ação. Então era uma coisa que eu antevia. Aí ganhou o Fernando Henrique Cardoso e evidentemente que nós não fomos chamados para participar do governo. Graças a uma amiga que eu tinha do governo Montoro, que me conhecia, que estava aqui no Ministério da Justiça, que me chamou para trabalhar: “Onde você está?” Aí eu vim para cá. Ela é uma procuradora que veio ocupar a Secretaria de Cidadania.

V.A. – Do Ministério da Justiça?

I.S. – Ministério da Justiça. Isso no primeiro ano de governo. Embora a gente tenha participado de elaborar o documento, nós estávamos fora. Não havia essa preocupação de ocupação de espaço.

V.A. – E ela participou dessa feitura do documento também?

I.S. – Não. Ela veio para ocupar o cargo porque ela foi indicada pelo governo para ocupar esse cargo. E aí ela me encontrou no evento, me perguntou se eu tinha interesse, eu falei: “Claro que eu tenho interesse.”

V.A. – De?

I.S. – De ir para Brasília. “Tenho interesse.” Quando eu cheguei aqui, passados uns dois meses, ela nos comunica que estava voltando para São Paulo. Eu falei: “Puxa vida!” Você já imaginou, não é? Eu já tinha deixado São Paulo, morri na praia, não é? Mas aí os trabalhos começaram a andar. Fiz alguns encontros, chamei todo o pessoal dos conselhos que eu conhecia, e comecei a pautar o assunto aqui internamente. E tinha uma pessoa que era chefe de Gabinete do Ministério da Justiça, que era uma pessoa muito próxima, que era o José Gregori, com quem nós começamos a trabalhar junto. Então quando ela saiu o José Gregori assumiu a Secretaria e eu comecei a trabalhar.

V.A. – Mas chamava-se Secretaria de Cidadania e depois passou a ser o nome de Direitos Humanos?

I.S. – Passou por quatro nomes: Secretaria de Justiça e Cidadania, depois Secretaria de Cidadania, Secretaria Nacional de Direitos Humanos, Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Secretaria Especial de Direitos Humanos. Se eu tivesse que resumir para vocês os primeiros quatro anos de governo Fernando Henrique Cardoso, o que nós fizemos? Nós montamos o GTI, que era o Grupo de Trabalho Interministerial, que era quase uma repetição do Conselho do estado, só que mais complexo porque era... pautamos logo de cara ação afirmativa: desde o primeiro dia que a gente botou o pé aqui, ação afirmativa era a minha preocupação. Não tinha outra, que era pautar esse tema.

A.P. – E já havia essa discussão dentro do movimento?

I.S. – Não, não tinha nada de discussão não. Era um pouco deliberação: “Nós temos que pautar isso. Isso é mais importante.”

V.A. – Eu queria voltar um pouquinho, porque o senhor falou que em 1994, na elaboração desse programa de governo Fernando Henrique, a questão da ação afirmativa apareceu porque o senhor trouxe, mas que houve reações. Mas de onde vinha...

I.S. – Do pessoal que ocupa o [incompreensível].

V.A. – Não, eu digo não as reações, mas de onde vinha a ideia de ação afirmativa?

I.S. – Nós trouxemos.

V.A. – Nós, o senhor?

I.S. – É o seguinte: a partir da época do Conselho nós sempre mantivemos contato com brasilianistas americanos e tal. O que era ação afirmativa? Literatura etc., nós sempre tivemos clareza em relação a isso. Em 1991, quando eu assumi a Coordenadoria do Negro na prefeitura de São Paulo, chegou para mim uma notícia de que tinha uma empresa em São Paulo que aplicava ação afirmativa: Levis Strauss. Aí eu marquei um dia, liguei para lá e falei: “Eu quero conhecer o diretor da empresa.” Peguei um carro e fui lá para Cutia na Levis Strauss.

V.A. – Cutia que chama?

I.S. – A cidade. E aí, cheguei lá e falei: “Quero conhecer...” [incompreensível] É um programa que contém...” Aí foi mapeando para mim como é que a coisa acontecia na empresa. Ali eu comecei a me dar conta de algumas coisas. Primeiro: que era possível. Segundo: que havia alguns nós ali muito concretos. Qual que eram os nós? Que você não fazia ação afirmativa só com conversa. Precisava ter dinheiro. Os caras tinham gastado quase um milhão de reais para

poder mudar, que implicaram em muito treinamento, muita capacitação. Os problemas que apareciam eram sempre os mesmos, de que não havia racismo, que era discriminação ao contrário, que não precisava. Tudo isso, nessa conversa que eu tive com o diretor da Levis Strauss, que era judeu e sociólogo, me relatou um pouco isso, e ele me mostrou quais eram os princípios da empresa que norteavam isso em São Francisco. Isso me deu com muita clareza que havia outras empresas no Brasil que faziam isso. Qual que era o diferencial? Eles entendiam que na hora de você recrutar as pessoas e promover, a discriminação era um processo que ocorria. Então para você poder fazer aquilo, você tinha que capacitar recursos humanos e toda a empresa em relação a isso, e criar condições para que aquele cara pudesse competir e se promover internamente. Isso era muito claro com relação às mulheres. Quando chegava na questão negra era mais complexo. Isso foi em 1991.

V.A. – Esse dinheiro gasto, o senhor disse que era mais de um milhão de dólares, era na capacitação dos funcionários?

I.S. – Nossa! Capacitação, fazer eventos, apoiar projetos da comunidade, das Ongs anti-racistas. Então aquilo me falou que aquilo que eu tinha lido, estava vendo ali com uma experiência nascer. Não tive dúvida: quando assumimos, a primeira coisa que eu fiz foi reunir as empresas, para elas poderem relatar as experiências delas.

V.A. – Assumimos o quê? Aqui?

I.S. – Aqui. Fizemos uma reunião no Sesc em São Paulo chamando Levi Strauss, essas grandes, Johnson & Johnson, Motorola... Todas que eu sabia que tinham ação afirmativa, eu chamei para uma reunião e um seminário. Foi muito bom. E aí, lá, fiz um documento juntamente com a OIT, um documento muito importante; e esse documento serviu de referência para isso aí. Qual que é a coisa mais importante desse processo? Eu estava ali vendo aquelas empresas confirmando aquilo que eu tinha visto três anos atrás, em 1991. É possível, entendeu? Era possível. Então, ou seja, comecei a trabalhar um pouco esse tema dentro do governo, com essa diretriz.

Aí o GTI foi praticamente quase uma reprodução em larga escala do que a gente fez, era abrir espaço etc e tal. Mas na verdade o que norteava era criar bases para que as pessoas entendessem que racismo era uma coisa de política pública e criar algum substrato para discutir ação afirmativa. Então sempre foi essa a nossa pauta.

V.A. – Nessa Secretaria de Justiça e Cidadania a única pessoa que se preocupava com isso, do movimento negro, era o senhor?

I.S. – Era. Era o único funcionário negro.

V.A. – Era o único funcionário inclusive que propôs esse seminário em São Paulo?

I.S. – Isso.

V.A. – E o senhor encontrava...

I.S. – Para você ter uma ideia, aqui na esplanada para conversar sobre esse assunto, tinham mais ou menos umas cinco pessoas só.

V.A. – Quais eram as pessoas que o senhor conversava? Era o Gregori?

I.S. – O Gregori não. Era o Carlos Moura, da Fundação Palmares, era talvez a Dulce Pereira muito pouco, a gente não conversava com ela sobre essas coisas, uma pessoa do MEC lá, tinha a Raquel de Oliveira e a Maria Auxiliadora do MEC; da Saúde não tinha ninguém. No Ministério das Relações Exteriores tinham umas pessoas interessantes, e tinha uma base, que a gente já estava escolado, no Ministério do Trabalho. Por quê? Um militante, o Hédio Silva, através da atuação na área sindical, pautou a OIT com relação ao descumprimento da Convenção 111. Dessas coisas que acontecem, não é? Isso tudo em 1995. Em uma dessas reuniões, me chamaram na OIT, para que eu fosse na OIT porque vinham um monte de peritos para discutir a denuncia de que no Brasil havia racismo. E era uma reunião daquelas mornas, mornas demais para mim na OIT. Eles não dominavam, como não dominam até hoje, a questão de raça. Eles falam de gênero mas não conseguem trabalhar a questão de raça na sua amplitude. Bom, nessa reunião eu resolvi fazer, como se diz assim, uma provocação na OIT. Havia uma publicação de dois amigos, um chamado Arnaldo e o outro chamado Pestana, é um livro de humor que denuncia através de *cartoons* a questão do racismo. Não tenha dúvida, eu encomendei dele umas 50 cartilhas daquela. Começou a atividade, o sindicalista falando: “Existe ou não exista racismo...” Aquela conversa. Eu rápido panfletei a sala e vi o desconforto das pessoas em ver aquela cartilha dizendo que o racismo era muito mais doloroso. A nossa preocupação era ação afirmativa, porque na convenção da OIT prevê medidas especiais. Por que não havia isso? Então isso nos aproximou do Ministério do Trabalho. O Ministério do Trabalho criou um grupo parecido com o GTI, chamado GTDEO para trabalhar com a questão de discriminação no mercado de trabalho.

V.A. – GT?

I.S. – GTDEO.

V.A. – O que é DEO?

I.S. – Grupo de Trabalho de Combate à Discriminação no Emprego e na Ocupação, entre os movimentos sociais. Na esplanada, o único lugar que eu via como suporte de apoio para realizar alguma ação era o Ministério do Trabalho. Nos outros lugares ainda vinha muita resistência. E nós tínhamos um *background* muito grande em relação a trabalhar essa questão de racismo no mercado de trabalho. Então eu não tive dúvida. Eu particularmente comecei a investir mais lá. E isso quer dizer o quê? Você provocar mais atividades em relação a isso. Aí fizemos... olha, para você ter uma ideia, eu devo ter participado em praticamente todos os estados da federação, eu fiz seminários sobre discriminação e racismo no mercado de trabalho. E aquilo eu fazia em DRTs, aquilo foi caminhando para criar núcleos de combate à discriminação nas DRTs, mas sempre com esse olhar na empresa e ainda por cima na ação afirmativa. Aí as coisas também ajudam, a sorte ajuda um pouco: o Vilmar Faria, que era um dos principais assessores do presidente da República, veio conversar comigo, perguntar o que nós queríamos. Eu falei: “Tem que fazer ação afirmativa. As empresas estão fazendo isso.” E aí a Secretaria de Comunicação pautou o presidente falar sobre isso. Aí ele falou sobre a diversidade, sobre racismo e tal. E nós, com a experiência que nós tínhamos, sempre havia uma diferença: o Fernando Henrique Cardoso começou a falar de racismo e falar de ação afirmativa. Aí qual que era o suporte? Não era o Montoro, que eu tinha livre acesso. Eu comecei a reunir todos aqueles documentos dos discursos dele, até produzir um documento que depois ele chamou de Construindo a Democracia Racial, que tem vários discursos do presidente, que ele fala de racismo. Então o que acontecia? Eu tinha o respaldo do presidente da República falando que o racismo existia. E mais do que isso, ainda era favorável a ação afirmativa. Isso nos deu fôlego para peitar os outros. Peitar quer dizer criar condições de debate dentro da máquina governamental sobre o assunto. Mesmo sabendo que o MEC era nosso grande adversário. Tanto é que o MEC durante todo o tempo não foi... já previsto já ocorrido [incompreensível] foi o nosso grande... foi o lugar em que não aconteceu nada. Você vê, por exemplo, agora na Conferência, aquilo que a gente podia ter feito há oito anos não fizemos por causa das cabeças das pessoas que eram muito pequenas em relação a esse tema. E não conseguiram acompanhar a evolução. E impediram que imprensa avançasse na área de Educação. Mas apesar deles a gente conseguiu pautar ação afirmativa no país inteiro. Qual foi o diferencial? Levamos quatro anos tentando ocupar espaços usando mais o Ministério do Trabalho, aquele núcleo e tal, essa coisa efervescendo. E confesso para você: sempre uma coisa marginal. Não era um programa da Secretaria de Direitos Humanos apoiado nas DRTs. Era uma coisa que eu fazia. Não

consegui convencer o José Gregori que era um negócio grande. Nunca consegui falar: “Nós montamos uma rede, José Gregori, nos estados como núcleos das DRTs sobre isso.” Não consegui pautar esse assunto com ele. Por que mudou? Mudou quando o Brasil se viu para fazer a Conferência em Durban. Eu, a princípio, achava que uma conferência internacional era uma coisa que na ia dar em nada e tal. Até que aos poucos eu fui percebendo que a Conferência podia mobilizar as pessoas. Aí demos sorte: entrou um cara na Secretaria Nacional de Direitos Humanos chamado Gilberto Saboya, embaixador. Esse embaixador já tinha sido relator da Conferência de Viena de Direitos Humanos e era o cara que dava peso para essa coisa da Conferência porque ele ia participar. Foi a nossa sorte. Porque a partir daí a gente começou a pautar o debate nacional em relação a isso. Isso que a Matilde fez, de viajar o país, nós fizemos também, de viajar o país para preparar as pessoas para participarem da Conferência de Durban, que era um momento especial. Tínhamos que ir lá para participar. Olha, a nossa mobilização foi grande. Teve momentos muito tensos na hora de fazer a Conferência, por exemplo, foi tenso porque o governo tinha feito muito pouco em relação à população negra. Mas na preparação da Conferência nós já tínhamos subsídios para pautar o assunto principal. Qual era? Ação afirmativa. Mas só que com uma diferença fantástica: quando nós decidimos aceitar cotas como ação afirmativa também foi fundamental. Até então, falar de ação afirmativa era uma coisa muito... Quando se falou de cotas, os adversários se colocaram de maneira muito explícita e a gente conseguiu avançar muito mais nesse processo.

A.P. – Eu estava pensando aqui Ivair, lá em 1995... você está falando desse seu esforço de construir essa ideia de ação afirmativa e tal. Eu queria entender como que a militância, que estava se organizando para a Marcha Zumbi dos Palmares em 1995, via essa questão? Ou se não via?

I.S. – Não.

A.P. – Como que era? Você tinha um diálogo?

I.S. – Tinha. Tanto é que quem fez a redação era próximo nosso. Tanto é que você olha e nós temos uma redação. Só que tem uma coisa diferente: havia dois momentos. O governo trabalhava em um ritmo. Quando a Conferência chegou aqui e criou o GTI dá a impressão que a Conferência que criou o GTI. Mas na verdade o GTI já estava pronto.

A.P. – A Marcha?

I.S. – Quando a Marcha chega aqui, que o presidente da República vai lá e sanciona o GTI, é uma coisa que já estava pronta antes da Marcha. É uma coisa que foi construída no governo.

Não foi feita pela sociedade civil. O governo fez e apresentou, entendeu? E a gente conseguiu avançar nesse processo. Mas nós não tínhamos... na época talvez nós não tivéssemos a dimensão que a gente começou a ter depois, do que a gente chama de racismo institucional. É uma coisa que eu fui apreendendo nos últimos anos que é o seguinte: grande parte das pessoas fala de racismo como uma coisa ainda distante, alheia a ela. Agora, com a ação afirmativa, aí eu pude ver mesmo quem era e quem não era. Ali é que eu... o pessoal não escondia o que pensava. E eu vi muito isso. Eu vi muita bandeira. A Conferência para nós foi um grande laboratório. A organização e tal... foi grande. Foi grande. Um momento importante de você se apresentar para a Nação. Foi muito legal. Mas na minha cabeça estava claro isso: podiam acontecer dez conferências, mas o assunto era pautar. Nesse meio tempo teve uma outra pessoa que teve uma grande sacação, que foi o Raul Jungmann, ministro do Ministério do Desenvolvimento Agrário. O Jungmann já vinha soltando a ação afirmativa. Ele é um cara inteligente e sacou isso como um assunto. Ele tinha pautado isso para as mulheres, e aproveitou toda aquela mobilização e pautou, e acabou sendo o primeiro ministro que fez ação afirmativa. Depois foi abandonada por esse governo agora, que abandonou completamente as ações afirmativas que o Jungmann fez lá, praticamente ignorou completamente as ações que ele iniciou.

V.A. – Não entendi.

I.S. – O Jungmann foi o cara que iniciou o processo. O Ministério dele tinha uma série de portarias que criavam conhecimentos para isso. Quando entrou o novo governo, o Rosseto, embora seja simpático no discurso, na prática ele não conseguiu implementar nenhuma ação afirmativa de fato, como estava sendo prevista. Porque a ação afirmativa era com relação aos recursos humanos do próprio Ministério. E isso foi abandonado.

V.A. – O senhor está falando do Ministério do Desenvolvimento Agrário?

I.S. – Isso.

V.A. – Mas ação afirmativa nos outros Ministérios desse governo?

I.S. – Estou falando ainda do final do governo Fernando Henrique Cardoso. A partir do final da Conferência nós começamos a avançar na ação afirmativa criando várias portarias ministeriais no MDA, depois na Justiça, na Cultura, criando programas de ação afirmativa nos Ministérios. Mas aí era um programa muito concreto: era percentual de cotas para negros nos serviços terceirizados e nos DAS, cargos de confiança. E ali que a gente começou a descobrir

que o nosso potencial era muito maior. Por quê? Qual é o critério para se contratar alguém para serviços terceirizados? No serviço público o que é? Concurso. E nos serviços terceirizados?

V.A. – Quem indicou.

I.S. – Quem indicou. Então nós começamos a perceber que o negro não estava lá. Aí eu pergunto: “Qual o critério para você ser chefe no serviço público? Para ser diretor?” É claro que não tem critério técnico para isso. Então se era um lugar que nós tínhamos que ter ação afirmativa, era com DASs e era nos serviços terceirizado. São coisas que a gente vai aprendendo ao longo o tempo. Precisava saber quem tinha DAS, qual era a cor das pessoas. Nós fizemos um censo. Mas o censo o que o [incompreensível] mandou fazer, foi diferente do que nós fizemos quatro anos atrás. Nós fizemos um censo sensibilizando as pessoas sobre o censo, para a coisa acontecer. Isso era no final do governo. O censo foi importante para a gente poder dar outro passo. O outro passo importante foi o seguinte: criar um decreto presidencial criando um programa de ação afirmativa, o decreto 4.228, que estendia as ações afirmativas para todos os órgãos federais. Depois do decreto, depois disso tudo, quem entrasse no governo, só restava fazer uma coisa. O que era? Criar uma Secretaria. Quem entrasse no governo, estava tudo criado para você criar uma Secretaria.

Bom, pela minha sorte, entrou o novo ministro de Direitos Humanos e me manteve no cargo. Como ele me manteve no cargo, na hora que foram construir essa Seppir, me chamaram com uns caras da Secretaria para ir lá. Só que o secretário dos negros do PT, que me conhecia, falou: “Tem que chamar o Ivair. Ele é o cara que conhece o negócio.” E me chamaram para construir, elaborar o texto do que seria a Seppir. Aí sentamos eu, Nogueira e mais outra pessoa lá. Mas eu tinha tudo na cabeça, sabia quais eram os decretos. Eu tinha montado esse negócio do 4.228. Então eu falei assim: “A base para acontecer a Seppir é essa aqui...” E fui dando o mapa e montei a Secretaria. Em quatro horas nós sentamos e saímos com a Secretaria pronta. Quando os caras receberam, falaram: “Está pronta.” Porque eu tinha tudo aquilo de memória. Botamos com três sub-secretarias... Saiu uma Secretaria do mesmo nível da dos Direitos Humanos, só que oito anos depois. A Secretaria de Direitos Humanos é uma coisa. E a Seppir saiu do mesmo nível da outra Secretaria que já existia há muito mais tempo. E nós criamos três sub-secretarias, diversos cargos, e entregamos isso pronto. Quem estava? Estava eu, a Matilde, o Nogueira e tal. Mas a memória estava comigo em relação a isso. Nós sentamos, eu e o outro cara da Presidência e fizemos a Secretaria. O destino me deu essa oportunidade de participar da elaboração do Conselho do governo do Estado, da Coordenadoria Especial do Negro da

prefeitura de São Paulo e da Seppir. E da Seppir foi por uma sorte, porque na verdade as pessoas que assumiram a Secretaria da Presidência da República que me chamaram para fazer, eles não lembraram do meu nome. Foi o pessoal do movimento negro que me chamou e falou: “Não. Tem que ser o cara.” Aí eu fui para lá e dei essa sorte. O legal é você poder ter essa chance de participar desse processo de elaboração e tal. E também de exercer essa função de sobrevivência nesses dez anos de Brasília, que deu uma certa cancha em termos de atuação. Hoje por exemplo...

V.A. – Como assim? Conhecer os meandros da política aqui?

I.S. – Não só conhecer os meandros, mas saber o que é essencial, saber o que é que vale a pena mesmo. Se você quiser ter uma proposta muito clara, todo mundo sabe que a questão das ações afirmativa as pessoas identificam com a minha pessoa. Então eu tenho, eu construí esse processo. Depois de tudo que eu me meti nessa história, o programa do Rio Branco, programas em universidades...

V.A. – O que é o programa do Rio Branco?

I.S. – O programa do Rio Branco foi um programa que nós trabalhamos para aumentar o número de diplomatas negros. Aí nós criamos um programa de apoio a bolsas para formação... Todo esse processo que eu construí programas de ação afirmativa, me deu... e depois de ter trabalhado mais de perto com a UNB, de acompanhar mais de perto a construção do tipo de ação afirmativa da UNB, de participar de bancas da UNB... Tudo isso me consolidou uma certeza, como eu disse lá atrás, de percorrer ação afirmativa como política pública. Então, por exemplo, hoje qual é o programa que eu estou no momento, que eu estou construindo? É o programa estratégico de ação afirmativa para a população negra e Aids. Mas o que tem a ver Aids com ação afirmativa? Mas é como diria: você não escolhe muitas arenas que você quer trabalhar. Tem que ver aquela que você tem condição, não é? E o programa de Aids me deu condição para trabalhar essa questão. Eu cheguei lá para o camarada e disse: “Estou com um problema concreto e você pode me ajudar.”

V.A. – Chegou para quem?

I.S. – Para a coordenação do Programa de Aids. Eram pessoas que me conheciam porque a gente tinha feito programa de ação afirmativa em 2002. Eu falei: “Olha, estou com um problema concreto. Nós precisamos sinalizar, a nação precisa sinalizar para as universidades que nós apoiamos ação afirmativa. E tem ser a Saúde, tem que ser vocês. Vocês têm contabilidade. De que forma? Vamos criar um programa de apoio a estudantes negros carentes

nas universidades que têm ação afirmativa. Vocês topam? Você vão ganhar em troca o quê? Estudantes que vão produzir *papers* na área Aids/Direitos Humanos, em troca do apoio que vocês vão dar para eles. Vocês topam?” “Topamos.” Então essa contabilidade que eles tinham no início, fez com que eu pudesse construir o programa juntamente com eles para apoiar 600 jovens negros em 12 universidades públicas, ganhando um salário mínimo para se manterem na universidade. Por quê? O buraco da ação afirmativa era que você não conseguia manter os estudantes negros e carentes. Mas precisou desse parceiro que confiou. Então você imagina: a universidade receber sem pedir 50 bolsas.

V.A. – E quem dá essas bolsas é o Ministério da Saúde?

I.S. – O Programa Nacional de Aids.

V.A. – Para que esses alunos estudem a Aids? É isso?

I.S. – Para que façam programas de extensão universitária e iniciação científica em diferentes áreas, de Letras a Engenharia.

V.A. – E o que a Aids tem a ver?

I.S. – A Aids entra como grande contribuição e apoio a esses jovens. Tem atividades de extensão também em apoio, mas não só, entendeu? Na verdade eu estou querendo empoderar esses jovens.

V.A. – Mas então podia ser com outra Secretaria, não precisava ser com o Ministério da Saúde. Podia ser outra coisa.

I.S. – Não. Aí é que está.

V.A. – Não entendi. Por que a Aids então?

I.S. – Porque a Aids é parceira. Nesse momento é a parceira que dá para construir esse processo.

A.P. – Mas se houvesse essa parceria em outra Secretaria?

I.S. – Claro. Entendeu? Mas a Aids é nossa parceira. Eles acreditam no programa de ação afirmativa. Estão predispostos a levar cacetada, como levaram, apanharam... mas continuam parceira nesse processo. E o que aconteceu com isso? Eles lançaram, e entraram com pouco dinheiro, quase um milhão e meio de reais para apoiar jovens negros especificamente. Os caras...

[FINAL DA FITA 3 – B]

I.S. – Está afetando a vida de quem precisa, entendeu? Eu fui estudante. E agora você poder fazer um programa, atingir 600 pessoas... Eu sei que aquilo lá é dinheiro para famílias inteiras, porque o cara vem para a universidade já com apoio e tal. Isso foi possível porque essas pessoas me conheciam, apostaram na proposta e construíram uma rede de universidades, fizemos o programa juntos e construímos e tal. E lançamos dia 3 de dezembro. O que aconteceu? Ao mesmo tempo que isso surgiu, as universidades começaram a comprovar que estão aumentando o número de negros infectados com o vírus. E isso fez com que o coordenador nacional do Programa Nacional de Aids fizesse um programa para isso, e aí a coisa aumentou. Virou o Programa Estratégico de Ações Afirmativas para a População Negra e Aids. Um programa que pode ser lançado... se o Humberto Costa não mudasse tanto de ideia ele já poderia ter sido lançado já. Mas não importa, o programa já está em andamento porque tem o apoio das bolsas, já fizemos o edital de pesquisa para verificar o impacto da doença, se os negros têm acesso ou não ao Sistema Único de Saúde... Mas esse programa estratégico para mim, pessoalmente, talvez seria o maior programa de governo que eu já tivesse participado. Eu participei nesses últimos dez anos com a população negra. Era para ser até semana passada o maior programa de governo. Hoje eu já tenho dúvidas se a gente vai conseguir fazer. Porque... Eu falei: “Minha palavra é a seguinte: vamos conversar aqui seriamente. Se é um programa de sensibilização da população negra, eu estou fora. Tem que ser um programa de ação afirmativa. Não é fazer cartazes e colocar lá 50 brancos e 1 negro. Tem que ser meta a meta. O programa tem que perpassar empresas terceirizadas, tem que colocar nos editais que vai admitir negros, tudo isso tem que entrar no processo. Se for um programa de ação afirmativa como se deve, como no decreto 4.228: estamos dentro.” Sabe o que significa isso? Quantos laboratórios não trabalham com a produção de medicamentos para o Programa Nacional de Aids? Você discutir com os laboratórios se os negros estão trabalhando, procurando aonde, e para entrar na concorrência tem que ter programa de ação afirmativa. Você entendeu a repercussão disso nessa rede? Vai indo tudo bem até um dos coordenadores de lá, que era a principal chave, ficou muito aborrecido com as coisas lá e pediu demissão na semana passada. Então vamos fazer as coisas, mas... eu já conheço de outros carnavais. Na verdade, como a vida me mostrou, eu vou ter que voltar para a universidade de novo mais um tempo porque eu quero ter chance de fazer as coisas como eu acredito. Esse negócio de fazer ação afirmativa no meio do caminho é distante demais; tentando contornar problemas... Quem quer fazer e quer fazer, a gente sabe como fazer. Agora, tentar enrolar...

V.A. – Deixa eu voltar um tempo atrás. Eu queria fazer duas perguntas para o senhor. Uma: eu queria saber o que alegam, ou não sei se alegam, mas quais são os motivos que levam a tanta reação à ação afirmativa. O senhor deu o exemplo da época da programação...

I.S. – Racismo. Literalmente. Vou te falar uma coisa: eu participei de muitos programas, mas a experiência que mais me marcou foi a experiência de fazer parte da banca dos alunos que entram com recursos porque se julgam negros e querem entrar na universidade. E aí então uma banca, no sistema da UNB tem aquela fase de análise das fotografias e tem uma outra de entrevistas. Eu participei da fase das entrevistas. E aí eu vou te contar uma coisa: o que eu vi ali, as pessoas querendo se passar por negros e tal...

V.A. – Os candidatos?

I.S. – Ali... No Instituto Rio Branco também um outro sistema...

V.A. – Não entendi.

I.S. – O Instituto Rio Branco também tem entrevista. E é um concurso para negros. Então o que os não-negros falam do porque eles estão ali, passam um discurso muito rancoroso de desprezo, de profunda ignorância em relação à história do negro, ou a luta dos que chegaram ali. Então era a lei do vale-tudo. Principalmente o desprezo em relação aos negros as pessoas traduzem de maneira muito clara. Então, me deu uma visão muito clara em relação à ação afirmativa. Primeiro: é a única política que pode de fato mudar a vida do negro. Não tem outra. Você pega uma universidade: em maio de 2005, a Federal do Paraná, 43 negros só, em uma universidade enorme e importante. Em junho de 2005: 450. Aí vai ver quem são esses negros que entraram: 80% estavam em um substrato de pessoas muito pobres. Aí você fala: existe alguma coisa mais revolucionária do que você mudar a vida, pela universidade, de um dia para o outro, e para aquelas pessoas que precisam, do que ação afirmativa focalizada? Então aí você vê, qual é a reação? A reação é sempre: negam a existência da escravidão, negam que a escravidão possa ter existido, negam a sua história, negam as suas mazelas, negam o ônus que foi a escravidão, negam por exemplo que o negro hoje possa sofrer discriminação enquanto negro e negam a existência de você poder se auto identificar como negro. Negam a história do movimento negro. Você pode ver: as pessoas que ganham visibilidade em defesa da ação afirmativa não são negras. Quem aparece são sempre...

V.A. – Quem são?

I.S. – Você pega na Uerj, quem é que aparece como a grande pessoa? A Nilcéia. Você pega na UNB, quem aparece? José Jorge. Os negros não aparecem. Isso é importante? Claro que isso é

importante, mas tem gente aí, um movimento... Você pega por exemplo lá no Rio de Janeiro, você pega uma matéria de um jornal de um livro que o Peter Fry vai lançar contra ação afirmativa: primeira página, com foto colorida e tal. Os negros não têm nem espaço. Pega as matérias da TV Globo em relação ao tema: eles colocam dez caras falando e não colocam um negro falando. Não pegam um vereador, não pegam um negro, entendeu? A ação afirmativa me deu clareza. Eu disse: “Eu não estou lidando com um processo, com pessoas pobres, discriminadas...”

V.A. – Pois é, isso que eu queria comentar com o senhor, em função inclusive dessa matéria do livro do Peter Fry que saiu, porque um dos argumentos que se usa contra ação afirmativa, segundo ele e outras pessoas, é que a ação afirmativa levaria a mais racismo porque haveria, ficaria clara uma clivagem que não existiria, em princípio, em nossa sociedade. Onde, em princípio, haveria uma democracia racial. O argumento dele é que a ação afirmativa, as cotas em si, levaria a gente a ser uma sociedade segregada como a sociedade norte-americana.

I.S. – Primeiro é triste, não é? O Peter Fry, que era aquele falso aliado que nos enganou durante tanto tempo. Era uma pessoa em quem a gente confiava.

V.A. – O senhor fala isso por causa do trabalho que ele fez naquele quilombo, qual era o nome?

I.S. – Não. Não é por causa do quilombo não. Por causa do cargo que ele ocupou na Fundação Ford. Então foi um cara que escondeu muito o racismo que ele tinha em relação a nós. Não era nosso aliado nesse processo. Era nosso adversário, nosso inimigo em relação a isso. A outra questão, que é ainda mais duro, ainda mais no Rio de Janeiro, onde o racismo é tão explícito, ou seja, morre tanta gente de maneira tão explícita porque é negro, o cara dizer que nós estamos criando situação de conflito. É uma realidade dura, muito difícil, ou seja, aquilo não tem nada a ver com racismo. E a outra questão: o cara nega dados concretos, ou seja, os negros não estariam na universidade se não fosse esse processo. E não é por isso que aumentou o racismo de quem está... Agora, que aquelas pessoas que [incompreensível] por ação afirmativa, foi. Isso não ia acontecer, e não vai acontecer em outras universidades, se não for a ação afirmativa. Porque é um resultado concreto, que muda vida das pessoas, dá esperança, e isso a gente não pode negar. Isso que é doloroso, essa maneira cínica de ver uma situação como essa.

Então você vê, eu acho que esse discurso de dizer que não tem, é porque não vivenciei o que eu vivenciei como negro, o que eu vi nessas bancas, que eu contei, esse racismo explícito.

V.A. – E a questão de definição de quem é negro e quem não é?

I.S. – Olha, durante muito tempo eu confiava muito nessa história de auto-declaração, hoje eu não creio. Tem que ter uma entrevista com a pessoa, tem que ter um ponto para eliminação. Esse negócio de auto-declaração só não é suficiente. Eu vi muita gente...

V.A. – Por quê?

I.S. – Porque tem muita gente, não é pouca não, um número substantivo de pessoas que querem se aproveitar da situação. Não é 10 %. É muita gente. Na UNB aqui eu vi. As pessoas tentam quatro, cinco vezes, não conseguem e vão pelas cotas. Se colar, colou. O ônus é seu. No concurso do Rio Branco, os caras de descendência germânica, lá do Rio Grande do Sul, falam assim: “Não interessa. Esse concurso é para pobres não é para negros.” O cinismo, às vezes, com que essas pessoas entram nesse processo é muito grande. É como se o negro não pudesse ter, não devesse ter. É muito complicado. Quando você fala com as pessoas, a arrogância com que elas falam nos programas, o desprezo que eles têm, fica complicado.

V.A. – Pois é, eu queria saber como resolver, como se deparar com essa arrogância?

I.S. – Não tem jeito. Tem que ter um controle, tem que ter um número de pessoas avaliando esse processo o tempo todo, o programa tem que estar sempre avaliando. Não dá para deixar isso solto e dizer: “Vamos lá...” Tem que ter uma banca de pessoas confiáveis para dizer: “Você é por quê? Você acha que é por quê?” “Ah, eu acho que meu pai, meu avô...” “Não. Mas como é que é? Você se sente como negro?” “Não. Eu estou aqui porque...” Eles falam literalmente! “Estou aqui porque vou ter mais chance. É isso.” Você pegar 250, 500 pessoas por dia porque elas querem ter mais chances.

V.A. – As pessoas que se candidatam, porque não entram, no caso...

I.S. – É, no Rio Branco.

V.A. – No Rio Branco elas se candidatam, mas aí essa comissão...

I.S. – A entrevista para mim, tinha que ter sempre. Sou favorável ao controle de fotografia, sou favorável à entrevista. Aqui na UNB tem: você faz um controle de fotografia, e essa pessoa fica, entra com um recurso e pode solicitar uma entrevista. Aí você conversa com a pessoa durante uma hora e você sabe o que a pessoa está propondo ali, qual é o interesse que está em jogo, se é um [incompreensível] ou não. Ou se é alguma forma de poder escapar do processo.

V.A. – Teve alguma vez que o senhor assistiu alguma entrevista em que a pessoa recorreu e realmente foi considerada, “não, você é negro.”?

I.S. – Nenhuma.

V.A. – A entrevista já é o último caso e geralmente... Porque essa questão leva à toda essa polêmica que, na verdade, do ponto de vista biológico, não existe diferença de raça, mas a pessoa que faz parte dessa comissão ou que vai examinar a fotografia acaba que... estou brincando aqui um pouco de advogado do diabo, mas lá na África do Sul havia uma comissão durante o *apartheid* que dizia: “Você não...”

I.S. – Sabe onde tem comissão para isso? Na hora que você vai procurar emprego. Isso é feito constantemente. Qualquer empresa, qualquer setor, desses da direita, é claro, os caras te escolhem pela sua foto: “Esse aqui está fora.” Ou seja, a hipocrisia está em não reconhecer que isso acontece. Agora, um programa para incluir: aí não pode.

V.A. – A questão que eu estou pensando é porque uma coisa é o emprego, em que você pode ter a discriminação em uma empresa privada, você está errado e você diz que...

I.S. – Pode ter? Não pode ter.

V.A. – Não. Você diz que está havendo uma discriminação e que está errado. Mas em um órgão público, como é uma universidade...

I.S. – Qual a diferença? Ninguém está pedindo para ele ser candidato. O cara que quiser ser candidato, pode ser candidato. Agora, não queira utilizar de uma forma da qual você não é, para se aproveitar. Aí é uma loucura.

V.A. – Eu concordo com o senhor. Mas eu estou falando...

I.S. – Você não quer dar atribuição para que alguém faça esse tipo de controle. Ou seja, o cara pode vir aqui mentir para mim e eu tenho que concordar com ele. Tem que ter um controle nisso.

V.A. – E quais são os critérios para dizer: “Você não é negro.”?

I.S. – Tem que conversar com ele.

V.A. – Qual é o critério?

I.S. – Não é isso. “Você não se enquadra nos nossos critérios para poder se candidatar.” Na entrevista que você faz com a pessoa, literalmente ela demonstra, depois de uma hora de conversa sobre o que levou o cara a se candidatar e tudo mais, ele te prova. A entrevista é reveladora. Não tem como, ninguém pode improvisar ser negro de uma hora para a outra. A experiência que a gente vive no dia-a-dia de ser negro, ele passou ou não. Agora, querer negar que essa experiência é comum a nós que sofremos racismo, aí é o fim da picada. Se aquela pessoa não vivenciou aquela experiência como negro e não consegue traduzir isso, não precisa fazer, porque tem pessoas...

V.A. – Quais as perguntas que são feitas na entrevista?

I.S. – Ah, são várias. Isso eu não vou poder te revelar porque são várias perguntas. Mas é uma entrevista, como outra qualquer. E as pessoas não se revelam. Quem assiste uma entrevista como aquela, como observadora ou testemunha, fica assustada com a disposição que as pessoas vêm de mentir. Não têm nenhum compromisso, não tem nada, a pessoa... as histórias que eu vivenciei nesses concursos todos pô... Ninguém está lá dentro preocupado com essas questões não. É uma brecha que as pessoas querem vir ocupar, em detrimento do outro que é negro. Agora, não ter controle é favorecer essas pessoas que querem acabar com o programa de ação afirmativa. Literalmente favorecer isso: “Já que não raça, vamos todo mundo.” “Vai lá, ninguém vai controlar isso.” Isso que é absurdo. Absurdo é, por exemplo, não ter controle; absurdo não é usar esse argumento de que através de uma entrevista você não pode de fato saber, querer arguir se o cara é ou não é. Mas, em uma entrevista, em uma análise qualitativa, uma conversa que você tem com as pessoas, olha, não tem como. Eu já participei de tantas e tantas entrevistas, é reveladora: você ouve a pessoa falando e fala: “Você está fazendo aqui o quê na verdade?” Aí o cara fala. Sem contar o nível de agressividade com que as pessoas trabalham essa questão.

V.A. – Eu fico preocupada é com esse argumento que é bastante corrente, e a gente vê em alguns, de que a gente estaria, fazendo esse tipo de controle por fotografia, reeditando o que o nazismo fazia, querendo... Que tipo de argumento que você tem a respeito disso?

I.S. – Daí comparar com o nazismo já é...

V.A. – Pois é.

I.S. – Primeiro que já é uma ignorância histórica absoluta, não é? Comparar um regime totalitário com todas aquelas situações com essa é no mínimo um erro histórico. Segundo, ou seja, você negar que as pessoas possam, através de uma entrevista, confirmar o que ela entende por ser negro ou não a partir daí... porque não é a foto.

V.A. – Mas eu digo, a foto?

I.S. – Não é a foto que diz.

V.A. – A pessoa pode recorrer se ela achar que a foto não foi avaliada.

I.S. – É claro. Aí na hora da entrevista ela vai lá e diz: “Olha, vocês estão equivocados.”

V.A. – Sim. Mas ao você avaliar a foto, você não estaria fazendo a mesma coisa que...

I.S. – Não. A foto, vamos dizer, é o primeiro elemento para você pôr em dúvida o que a pessoa está afirmando. Está em dúvida. Ela não diz se é ou não é. “Estamos em dúvida. Você quer

fazer uma entrevista? Vamos fazer uma entrevista.” A pessoa dá uma entrevista e começa a participar. Ninguém exclui ninguém pela foto. Mas coloca em dúvida aquela informação que ela fez. E na entrevista nós tiramos a dúvida.

V.A. – Certo. Mas muita gente é aprovada pela foto, é incluída pela foto.

I.S. – Não temos dúvidas com relação a isso. Agora, aquelas que temos dúvidas, queremos conversar com elas. Queremos saber o que elas fazem ali no processo. Não tendo isso, quando você vai para a entrevista e as pessoas são pegadas de calça curta, porque estão lá por outras razões, é que você fica assustado. Quem era? Quando você vê a pessoa, ela fala dois minutos, pronto: já sabe quem é. Agora, quem está de malandragem, está de sacanagem, está realmente com o maior desprezo em relação ao processo, elas vão contar isso literalmente. Literalmente confessam. Não tem muita conversa não. O desprezo que as pessoas têm em relação a isso, são os que fazem sem ter nem a dimensão disso. As pessoas minimizam. Quem vivenciou aquela fala agressiva de um não-negro dizendo: “Estou pouco me lixando para isso. Eu quero mesmo é saber do meu.” Enquanto ele disser isso uma, duas, dez, vinte vezes, é brincadeira, não é? Não é de alguém que ouviu falar, eu estou vendo a pessoa na minha cara dizer: “Olha, eu não estou interessado. Eu quero saber se eu vou ser ou não.” Eu não estou falando de hipóteses aqui. As pessoas utilizam esse mecanismo para poder... Não sei se eu respondi...

V.A. – Tem mais alguma questão? Acho que a gente teria que encerrar porque a gente marcou com a...

A.P. – Na verdade teria várias questões, mas estou preocupado porque a gente marcou...

V.A. – Dentro dessa nossa perspectiva, teria mais alguma coisa para falar?

I.S. – Não. Eu acho que agora eu nem sei para onde eu vou.

[FIM DO DEPOIMENTO]